



UNEB
Universidade do
Estado da Bahia



GESTEC
Mestrado Profissional
Gestão e Tecnologias
Aplicadas à Educação

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO
(GESTEC)
MESTRADO PROFISSIONAL

GEOCIVANY LIMA CARDOSO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: A VISÃO DOS GESTORES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA)

Salvador
2015

GEOCIVANY LIMA CARDOSO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: A VISÃO DOS GESTORES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia como requisito para o título de mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carla Liane Nascimento dos Santos

Salvador
2015

C268 Cardoso, Geocivany Lima

Políticas públicas de apoio à inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade: a visão dos gestores sobre o Programa Nacional Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) / Geocivany Lima Cardoso. – Salvador, 2015.

110f.

Orientadora Prof^a Dr^a Carla Liane Nascimento dos Santos
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (Gestec), 2015.

1. Políticas públicas - educação. I. Santos, Carla Liane Nascimento dos. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Título.

Geocivany Lima Cardoso – Bibliotecária CRB-5/1493

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me ajudou, mais uma vez, a realizar meu sonho e me sustentou nas horas difíceis.

À minha professora orientadora, Dr^a. Carla Liane, que acreditou na minha capacidade, me apoiou e com competência me orientou nessa pesquisa.

À Prof^a Patrícia Lessa pelas valiosas contribuições na qualificação.

À Prof^a Dr^a Marli Geralda pela disponibilidade em aceitar o meu trabalho.

A todos os profissionais do Gestec pela dedicação. Agradecimento especial a Balbina pela sensibilidade no trato individual.

À minha mãe (in memoriam) que mesmo não tendo a oportunidade de estudar, desde o início de minha formação me apoiou com palavras de incentivo.

À minha família pelo apoio e incentivo durante essa jornada.

À colega de estrada, Suede Mayne que mais do que companheira de estudo foi minha amiga durante esta jornada, que me incentivou a continuar apesar das dificuldades por qual passei.

À Isabel pelo incentivo e pela torcida. Registro aqui também o meu carinho e a minha gratidão pelo apoio de Larissa, sua filha, pela transcrição do resumo para a língua inglesa.

Aos colegas do grupo de pesquisa do mestrado, Marne, Paulo, Fátima, Fernanda e tantos outros que compartilharam as reflexões, angústias e tristezas na minha trajetória.

Enfim, agradeço a todos os meus amigos e amigas que me incentivaram, me deram força e contribuíram para essa jornada.

“Educação não transforma o mundo... Educação muda às pessoas... Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo analisou o Programa Mulheres Mil, enquanto política pública social de inclusão e gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social. O objetivo geral da pesquisa implica analisar, na visão do gestor, as possibilidades e os limites da gestão do Programa Mulheres Mil nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) para o alcance do empoderamento da mulher através do acesso a educação profissional e ao mundo do trabalho. Para realização da proposta, detalhamos como objetivos específicos: relatar a atuação do gestor na implantação e execução do Programa Mulheres Mil na referida instituição; analisar, na visão do gestor, os impactos do programa na vida das mulheres após sua inserção no projeto e verificar o alcance do modelo de avaliação do Programa Mulheres Mil. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, cujo método se aproxima do estudo de caso e como objeto de estudo o programa e sua aplicação em 04 (quatro) campi do IFBA, a saber: Salvador, Paulo Afonso, Ilhéus e Valença. O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi: entrevista aplicada aos responsáveis pela implantação do Programa Mulheres Mil. A técnica de análise e interpretação dos dados escolhida, análise de conteúdo de Bardin. Nos resultados, constatamos que o referido programa enquanto política pública social de inclusão e gênero procura combater as desigualdades de gênero através do acesso a educação e formação profissional e tecnológica, mas ainda é tímido o seu avanço na inserção social e econômica das mulheres atendidas, por conta dos desafios e dificuldades em garantir a continuidade de sua Metodologia, essencial para ampliar as oportunidades de acesso e permanência com êxito das educandas no Programa Mulheres Mil nos campi do IFBA.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Políticas Educacionais. Gênero.

ABSTRACT

This study analyzed the Programa Mulheres Mil as a public policy of social inclusion and gender for women in situation of social vulnerability. The general objective of this research implies in analyzing, in the manager's view, the possibilities and the limits of the management of Programa Mulheres Mil for reaching the empowerment of women through the access to professional education and labour world in the campi of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA - Education Science and Technology Federal Institution of Bahia). In order to fulfill this initiative, specific aims were detailed: report the action of the manager in the implementation and execution of the Programa Mulheres Mil in the aforementioned institution, analysing (in the manager's view) the impact of the program in the life of the women after their participation in the project, and verifying the coverage of the model of evaluation of Programa Mulheres Mil. The research presents a qualitative approach, whose method is similar to case study's, and has as its object of study the program and its application in four campi of IFBA, as follows: Salvador, Paulo Afonso, Ilhéus and Valença. The instrument used to collect data was an interview applied to the responsible for implementation of the Programa Mulheres Mil. The chosen analysis and interpretation of data technique was Bardin content analysis. In the results, it was verified that the program, as a public policy of social inclusion and gender pursuits to combat the gender inequalities through the access to education and professional and technological qualification. However, its development in economical and social insertion of the women attended is still tentative, due to the challenges and difficulties to guarantee the continuance of its Methodology, essential for broadening the opportunities of access and successful permanence of the pupils in the Programa Mulheres Mil in the campi of IFBA.

Keywords : Public Policy . Educational policies. Genre.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACCC - Associação dos Colleges Comunitários Canadenses
ACDI - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CEFET'S - Centros Federais de Educação Tecnológica
CENTEC - Centro de Educação Tecnológica da Bahia
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONCEFET - Conselho Nacional de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EAF - Escolas Agrotécnicas Federais
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ETF - Escolas Técnicas Federais
ETFBA - Escola Técnica Federal da Bahia
FMI - Fundo Monetário Internacional
FORPROEXT - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
IFs - Institutos Federais
IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NEIM - Núcleo de estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
ONG'S - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OREALC - Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão

PRONATEC/BSM - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/ Brasil
Sem Miséria

REDENET - Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

SPM - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

UNESCO/OREALC - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura/Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
1.1 CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS: CAMPO TEÓRICO E ABORDAGENS	19
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	22
1.2.1 A redemocratização do país, a Constituição de 1988 e as mudanças ocorridas na década de 1980	22
1.2.2 Cenário das Políticas Públicas na década de 1990: reforma do Estado, globalização da economia e reestruturação produtiva.....	24
1.2.3 A Educação Profissional e tecnológica (EPT) sob a perspectiva dos Institutos Federais	28
1.3 GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	33
CAPÍTULO II - AS QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL	39
2.1 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS FOCALIZADAS NAS MULHERES.....	39
2.2 EMPODERAMENTO DA MULHER	44
2.2.1 Conceito de Empoderamento	44
2.2.2 Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas públicas	47
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	56
3.1 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA)	56
3.2 PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL.....	58
3.2.1 Histórico	58
3.2.2 Objetivos Do Programa Mulheres Mil	61
3.2.3 O Programa Mulheres Mil como Política Pública Social de Inclusão e Gênero?....	66
CAPÍTULO IV - PERCURSO METODOLÓGICO.....	70
4.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	70
4.2 OBJETO EMPÍRICO: GESTORES	71

4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	72
CAPÍTULO V - RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	75
5.1 PERFIL PROFISSIONAL DOS GESTORES	75
5.2 POSSIBILIDADES DO PROGRAMA MULHERES MIL.....	76
5.2.1 Combate às desigualdades de gênero pelo Programa Mulheres Mil	76
5.2.2 Avanços do Programa Mulheres Mil	78
5.2.3 Importância de garantir o acesso à educação profissional às mulheres.....	81
5.2.4 Empoderamento das mulheres após sua inserção no Programa Mulheres Mil	82
5.3 LIMITES DO PROGRAMA MULHERES MIL	83
5.3.1 Limites do Programa Mulheres Mil	83
5.3.2 Relação da instituição, gestores e o MEC/SETEC	84
5.3.3 Formação da equipe multidisciplinar	88
5.3.4 Capacitação dos gestores do Programa Mulheres Mil.....	89
5.4 DESAFIOS DO PROGRAMA MULHERES MIL.....	90
5.4.1 Impactos do Programa Mulheres Mil enquanto política pública social de inclusão e gênero.....	90
5.4.2 Avaliação do Programa Mulheres Mil.....	92
CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	109

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a visão dos gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) acerca da política pública de apoio à inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, será adotado como objeto de análise o Programa Nacional Mulheres Mil e sua efetivação na referida instituição.

O Programa Nacional Mulheres Mil é um programa do governo federal que está incluído nas prioridades das políticas públicas do governo brasileiro, especialmente nos eixos promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. É voltado especificamente à inclusão de mulheres em vulnerabilidade social e econômica através da formação profissional e tecnológica. Também tem como foco a elevação de escolaridade, elevando seu potencial de empregabilidade, qualidade de vida e geração de renda.

O programa busca integrar as ações para atender as demandas da população, pela construção de novas possibilidades e estratégias de inclusão social. Propõe-se a identificar o perfil socioeconômico de mulheres em situação de vulnerabilidade, oferecendo o suporte e apoio socioassistencial, além de promover ações de inserção socioprofissional.

Para tanto, adotou-se a Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito:

O sistema de Acesso envolve a aproximação e o diálogo com a comunidade na tentativa de identificar as suas necessidades, ao mesmo tempo propiciar uma maior visibilidade e possibilidades a essa parcela da população que muitas vezes sequer chegou a entrar e conhecer a estrutura dos institutos.

O Sistema Permanência e Êxito envolve ações direcionadas ao atendimento às educandas e que permitam o seu desenvolvimento, de suas famílias e de suas comunidades.

Os Serviços de assistência e apoio às educandas previstos são: a) Psicologia; b) Assistência Social; c) Assistência Médico-Odontológica; d) Bolsas de Transporte e Alimentação; e) Aulas na comunidade; f) Assistência Estudantil: creche, material didático e uniforme; g) Apoio à aprendizagem e pesquisa; h) Aconselhamento, assistência e orientação ao emprego; i) Empreendedorismo, cooperativismo popular e ações solidárias; j) Incubação tecnológica; l) Unidades de produção; m) Centro de negócios e comercialização; n) Observatório.

Assim, o interesse pela pesquisa surgiu a partir da implementação do programa no campus Simões Filho-Ba, quando fui convidada pelo diretor para ser gestora do programa, juntamente com outra servidora. Logo em seguida podemos realizar uma capacitação em Brasília, considerando que cada campi possui dois gestores.

Nesta época, a proposta do programa defendia o voluntariado, os gestores, a equipe multidisciplinar, os docentes, as pessoas que contribuíam efetivamente para sua implementação e consolidação não tinham ganhos em recursos. Por outro lado, ele se constitui em uma oportunidade única no sentido de estabelecer um diálogo com as diversidades, valorizando os saberes construídos juntamente com a comunidade.

Outra motivação para proposição desse estudo originou-se a partir de dúvidas que surgiram após a adesão ao programa e que foram observadas no grupo de discussão, onde os gestores questionavam, relatavam suas dificuldades, suas experiências, discutiam pontos importantes na tentativa de desenvolver o programa da melhor forma possível.

O recurso disponibilizado aos Institutos Federais para implantação do Programa era no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por campus para atender as necessidades de aquisição de materiais de consumo e equipamentos para viabilização das aulas práticas (montagem de laboratórios) dos cursos de formação, assistência estudantil, estruturação do escritório de acesso (computador, mesa, armário, sofá etc), exceto recursos humanos.

Por um lado, esse recurso facilitava na montagem dos cursos, por outro o atraso no repasse das verbas para aquisição dos materiais dentro dos procedimentos licitatórios ficava comprometida, além do mais esse atraso também no pagamento das bolsas produzia nas alunas certa descrença no programa.

Pensando nisso, no início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM1)

1 O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado em 2 de junho de 2011 pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.492, com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. Ele se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

O Pronatec/BSM Mulheres Mil é realizado por meio da mesma rede de atores envolvidos com o Pronatec/BSM. Essa rede conta com as instituições da Rede Federal como parceiros ofertantes e os estados e municípios como parceiros demandantes. Há ainda a articulação entre a Rede Socioassistencial (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centros Pop, dentre outros).

Inserir o Programa Mulheres Mil/BSM no Pronatec/BSM foi uma alternativa de subsidiar financeiramente as necessidades advindas anteriormente de pagamento de pessoal. Em contraposição, nenhuma verba poderia ser disponibilizada para compra de material permanente (mobiliário, computador, montagem de laboratórios). Foi uma perda muito grande, pois ganha-se com o recurso para pagamento de pessoal, em compensação para montar um laboratório com máquinas de costura, por exemplo, não há mais verba disponibilizada para tal.

Por outro lado, a proposta de atendimento voluntário, sem os critérios expostos desta participação, dentro da sua carga horária de trabalho semanal dificultava nos momentos iniciais, em que era preciso agilidade para mobilizar os servidores para montar a equipe multidisciplinar composta por: Gestor do Programa, profissional responsável pela implantação, estruturação e execução do programa; Orientação Educacional e Pedagogo; Docentes das áreas do conhecimento exigidas para desenvolvimento do Programa; Assistente Social e Psicólogo; Médico e Odontólogo; Educador especialista em emprego e empreendedorismo; Educador especialista em pesquisa e inovação; Técnicos-administrativos; Comunicador; Educador especialista para a aplicação da metodologia Mulheres Mil e seus instrumentos. Outra dificuldade decorre da ida a comunidade para definição de cursos, montagem (elaboração) dos projetos políticos pedagógicos dos cursos, além de outras atribuições.

No entanto, atuar no Pronatec/BSM Mulheres Mil de acordo com a proposta pedagógica, reduz a atuação dos gestores a supervisores e orientadores educacionais com responsabilidades específicas, assessorando o Coordenador Adjunto em cujas atividades não comprometam a qualidade e o bom andamento das suas atividades regulares na instituição.

Isto significa que o atendimento aos objetivos do programa perpassa pela interação construída entre eles e a necessidade de distribuir poderes e competências, na medida em que exige do gestor defesa e observância a Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito. Que

seja ele o guardião e defensor dos princípios do programa, por conta da experiência com os docentes, as parcerias realizadas e o envolvimento que possui com as mulheres atendidas pelo programa.

Na literatura sobre o Programa Mulheres Mil tem se notado muitos relatos de experiências e depoimentos de gestores e docentes que atuaram junto ao programa, sempre sob a perspectiva de como o programa afetou positivamente a vida das mulheres atendidas. Dessa forma, o estudo justifica-se pela importância de relatar também a atuação do gestor, a experiência na implantação e execução do programa e as principais dificuldades enfrentadas.

PRESSUPOSTO DA PESQUISA

Os entraves existentes no Programa Mulheres Mil impossibilitam a gestão de contribuir para a conquista da autonomia dessas mulheres e, conseqüentemente, de suas comunidades através do acesso a formação profissional e tecnológica e ao mundo do trabalho.

PROBLEMA

Na visão dos gestores o Programa Nacional Mulheres Mil, enquanto política pública social de inclusão e gênero inclui socioeconomicamente as mulheres atendidas pelo programa?

OBJETIVO GERAL

Analisar, na visão do gestor, as possibilidades e os limites da gestão do Programa Mulheres Mil para o alcance do empoderamento da mulher através do acesso a educação profissional e ao mundo do trabalho.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Relatar a atuação do gestor na implantação e execução do Programa Mulheres Mil nos campi do IFBA.
- Analisar, na visão do gestor, os impactos do programa na vida das mulheres após sua inserção no projeto.
- Verificar o alcance do modelo de avaliação do Programa Mulheres Mil.

Para desenvolver os princípios orientadores desta pesquisa, o trabalho divide-se em quatro capítulos:

No capítulo 1, trata-se do estudo do processo histórico a partir dos anos 80 sobre as políticas públicas sociais e educacionais, na perspectiva de que os movimentos sociais se reafirmam enquanto catalisadores dessas políticas sob a ótica de seu potencial de transformação da cultura política e da relação entre Estado e os cidadãos.

Autores como Cavalcanti (2013), Azevedo (2004), Gohn (2012), Oliveira (2012) e Souza (2007) refletem sobre a elaboração das políticas públicas, apontando para a sua importância na garantia dos direitos fundamentais de todo o cidadão.

Ainda no capítulo 1, com relação às políticas públicas educacionais foram utilizados outros referenciais teóricos construídos por Araújo e Barbosa (2009), Sader (2005) e Mészáros (2005). Nesse sentido, Castro (1989) justifica a importância da avaliação como um poderoso instrumento para a gestão dessas políticas, oferecendo os subsídios necessários à tomada de decisão na formulação e implementação de políticas e programas.

Em seguida Paro (1998; 2011), Luck (2000; 2013), Frey (2004) e Libâneo (2009) apontam para a gestão pública participativa como uma das condições necessárias para que se efetivem as transformações necessárias no ambiente institucional.

No capítulo 2 evidenciam-se as questões de gênero no Brasil, baseado nos conceitos de gênero de Heilborn e Sorj (1999), Soares (2004) e Passos (2000). Sobre a feminização da pobreza analisa-se Novellino (2004) e Farah (2004). Os autores Horochovski e Meirelles (2007), Costa (2000), Romano (2002), Gohn (2004), Iorio (2002), Kleba e Wendausen (2009), Gadotti (2012) e Sardenberg (2012) versam sobre o empoderamento diante da importância deste tema para a mulher.

No capítulo 3, para ampliar a discussão sobre o direito à educação no campo da política educacional, foi apresentado o programa Mulheres Mil contando a sua história desde o início da parceria com o Canadá em 2005 até a regulamentação pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, os objetivos e os questionamentos em relação ao programa enquanto política pública social de inclusão e gênero.

Assim, no terceiro capítulo analisa-se os documentos institucionais do MEC/SETEC (Guia metodológico do Sistema de acesso, permanência e êxito; Fundamentação legal do Programa; Projeto inicial; Palestras da III Oficina de Formação). A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, legislação de criação dos institutos federais, que ressalta a importância das suas estruturas multicampi, assumindo assim a função estratégica no sentido de estruturar políticas públicas na região onde estão inseridos, estabelecendo uma relação mais direta junto ao poder público e a comunidade local.

O capítulo 4 apresenta o percurso metodológico. A pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, cujo método se aproxima do estudo de caso e como objeto de estudo o programa e sua aplicação no IFBA.

Inicialmente a amostra da pesquisa estava prevista para ser realizada em 6 (seis) campi que aderiram ao programa em 2011. São eles: Salvador, Seabra, Paulo Afonso, Irecê, Valença e Ilhéus. A razão para a escolha destes campi e dos sujeitos recai em razão do seu papel e pelo fato de que eles já desenvolviam o Programa, se encontravam em pleno funcionamento e podiam trazer muitas contribuições.

São 4 (quatro) campi que participaram da pesquisa: Salvador, Paulo Afonso, Valença e Ilhéus. Os sujeitos da pesquisa são constituídos pelos gestores que implantaram o programa em seus respectivos campi e estão representados por 3 (três) em Salvador e 1 (um) em cada campi restante. Totalizando 6 (seis) gestores, sendo um destes o gestor institucional, responsável pela formação e assistência na estruturação e implementação do programa.

Foi utilizada como recurso para produção de dados a análise documental, a aplicação de entrevistas aos responsáveis pelo Programa Mulheres Mil, favorecendo a coleta de informações relevantes sobre o fenômeno estudado, considerando a opinião e percepção dos envolvidos no problema.

Para a construção dos resultados descreve-se e analisam-se os documentos e as entrevistas, apresentando os resultados da análise dos dados e das informações mencionadas pelos gestores sobre o impacto na vida das mulheres atendidas pelo programa. Realiza-se ainda o cruzamento das categorias de análise: as possibilidades, os limites e os desafios do Programa Mulheres Mil sob a ótica das políticas públicas sociais e educacionais, da gestão participativa,

como instrumentos de redução das desigualdades gênero tendo em vista o empoderamento das mulheres através do acesso a educação profissional e ao mundo do trabalho.

Seguem ao último capítulo algumas considerações finais a respeito do trabalho e as referências utilizadas.

CAPÍTULO I - POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS: CAMPO TEÓRICO E ABORDAGENS

A elaboração e a construção de políticas públicas decorrem da necessidade do Estado em atender as demandas dos grupos sociais que reivindicam do poder público ações mais efetivas, no sentido de garantir os direitos sociais, conquistados por meio de mobilizações, lutas, sobretudo de setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis².

A seguir algumas definições sobre políticas públicas elencadas por Oliveira (2012)

Autor	Definição de Políticas Públicas	Ano da Obra
Laswell	Responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.	1958
Lynn	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.	1980
Dye	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.	1984
Peters	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.	1986
Mead	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.	1995

Fonte: Extraído de Souza apud Oliveira (2012, p. 2)

Essas definições podem ser utilizadas para entender as relações entre o Estado e a sociedade, ou seja, as decisões e ações realizadas que terão impacto sobre a sociedade e que de certa forma são influenciados por vários fatores, não somente aqueles que exigem as mudanças e os que tomam as decisões, mas de todos os indivíduos que são afetados pelas políticas públicas.

Assim, a definição de políticas públicas abarca:

² A vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. (CASTEL, 1999, p.24).

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2007, p. 69)

Sob uma perspectiva mais crítica Cavalcanti (2012, p. 41) segue o mesmo direcionamento de Dye quando afirma que “política pública é um curso de inação ou ação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema que é expresso no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações do governo.” Essas considerações enfatizam o papel dos governos na solução dos problemas.

Azevedo (2011, p. 17) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Nesse sentido, as não-ações e as omissões, também podem ser entendidas como formas de manifestação de políticas, pois evidenciam o cruzamento entre os valores e os interesses dos responsáveis pelo processo de decisão.

Na verdade, Azevedo reforça as opiniões de Dye e Cavalcanti acrescentando “com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Cabe ainda acrescentar que, muitas vezes a “não tomada de decisão”, a “inação” não se refere à inexistência de uma decisão, de uma ação propriamente dita, mas a certos temas que ameaçam alguns interesses, ou que de alguma forma contrariam a regras estabelecidas e encontram diversos obstáculos e de diferentes intensidades e, portanto, dificultam a sua inclusão na agenda governamental.

Essas contribuições estimulam o exame tanto do papel que o governo desempenha no contexto do processo de decisão política nos diferentes níveis administrativos e órgãos do Poder Executivo federal, estadual e municipal, quanto à capacidade de representação dos grupos sociais de influenciar a formulação e a implementação de políticas.

Importante à síntese das definições apresentadas por Cavalcanti (2012, p.41)

A política pública está relacionada com as intenções que determinam as ações de um governo; com o que o governo escolhe ou não fazer; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade; com a luta de interesses entre governo e sociedade; ou ainda, com atividades de governo, desenvolvidas por gestores públicos ou não, que têm uma influência na vida dos cidadãos.

Nessa perspectiva, cabe pensar e repensar as questões e as elaborações das políticas públicas, o papel do Estado e o impacto de suas ações sobre a vida econômica, política e social do país.

Sem dúvida, é preciso que as políticas públicas adequem os seus propósitos as necessidades da sociedade para conferir legitimidade aos programas implementados, para que possam ser capazes de efetivamente promover o desenvolvimento econômico do país e a inclusão social de sua população.

Assim, apesar dos avanços históricos ocorridos nas políticas públicas brasileiras, percebe-se que esses avanços não representam as demandas crescentes da população, na verdade existe um distanciamento entre as políticas e a realidade vivenciada pelas instituições públicas.

As visões apresentadas sobre as políticas públicas são fundamentais para o entendimento sobre a forma pela qual elas interferem na vida cotidiana, o que pode ser feito para contribuir na formulação, implementação e avaliação.

A formulação e implementação de políticas públicas estabelecem os pontos chave na avaliação de políticas. Nesse sentido, a avaliação se constitui como um poderoso instrumento para a gestão, oferecendo os subsídios necessários à tomada de decisão na formulação e implementação de políticas e programas, pois o conhecimento da realidade permite a realização dos ajustes para a concretização dos resultados, elevando assim a credibilidade das ações do governo.

Castro (1989, p.4) justifica a necessidade de acompanhar o progresso de um programa quando afirma que,

A análise da formação e implementação de políticas sociais só ganha sentido se remetida à importância do papel ativo do Estado e de suas instituições sobre a alocação de recursos e valores que visam reduzir as desigualdades sociais estruturalmente pelas relações de mercado, no sentido de promover o bem-estar dos cidadãos, em particular dos segmentos mais destituídos.

De modo complementar, Castro (1989, p.3) menciona que a avaliação pode contribuir para identificar as causas e os efeitos que expliquem o maior ou menor grau de efetividade.

A avaliação é o instrumento de análise mais adequado para sabermos se uma política está sendo implementada, no sentido de observar criticamente a distância entre as consequências pretendidas e aquelas efetivadas, detectando as disparidades entre metas e resultados.

Uma vez brevemente expostas essas opiniões, devem ser considerados os impactos que as políticas públicas podem produzir no comportamento das pessoas e, sobretudo, sobre o planejamento e a gestão governamental.

Uma mesma política pode causar **impactos objetivos**, gerando mudanças quantitativas nas condições da população-alvo, pode ainda gerar **impactos subjetivos** alterando o “estado de espírito” da população, e finalmente, pode causar um **impacto substantivo** mudando qualitativamente as condições de vida da população. (**Grifo do autor.**). (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986, p. 116)

Entretanto, para que isso ocorra, a avaliação de políticas públicas não deve se ater apenas as metas quantitativas, mas também para a qualidade dos resultados atingidos, na medida em que contribua para o entendimento da real necessidade da avaliação para o planejamento, desenvolvimento e execução da política pública como um todo.

Diante disso, o Programa Nacional Mulheres Mil enquanto política pública precisa rever seu sistema de monitoramento e avaliação quanto aos objetivos propostos, cuja importância consiste em ampliar a avaliação não somente sob o ponto de vista quantitativo, mas qualitativo. O programa avalia qualitativamente em menor grau e quantitativamente, mas de maneira insatisfatória.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

1.2.1 A redemocratização do país, a Constituição de 1988 e as mudanças ocorridas na década de 1980

No Brasil, a década de 1980 foi representada por um período de significativas mudanças, após longo período de ditadura militar. Com o início do processo de abertura política e a Constituição Federal em 1988, a população foi impulsionada a se envolver e a participar na tentativa de intervir na realidade. No início da década de 80, os estudos sobre políticas públicas ganharam uma centralidade no Brasil impulsionando à realização de pesquisas dessa natureza, ocorrendo simultaneamente ao processo da abertura que reinstaurou a democracia política no país. (AZEVEDO, 2004)

É nesse momento que surgem novos atores no cenário político e social, através da

organização de sindicatos, associações, novos partidos políticos e ONGs (Organizações Não Governamentais) que começavam a desenvolver ações efetivas, muitas vezes tomando iniciativas que caberiam e que deveriam ser assumidas pelo Estado.

Foi exatamente toda essa situação, em virtude dessa nova conjuntura política e social marcada pelo processo de redemocratização do país que estimulou o crescimento de movimentos organizados na sociedade, pleiteando a sua participação.

Esses movimentos se desenvolveram sem o controle do Estado, mas se preocupavam em tornar as necessidades das populações mais carentes, das crianças, dos negros, das mulheres, etc, uma preocupação de toda a sociedade, e não somente do Estado.

Dessa forma os novos movimentos sociais surgem e vão sendo resignificados, conquistando uma nova dimensão. Gohn (2012, p.29) afirma que “as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros etc”.

Nesse período, esses movimentos forneceram os subsídios necessários a conquista dos direitos sociais que foram inscritos na Constituição Federal de 1988. Pode-se dizer que os anos 1980 significou um marco no campo das políticas sociais, em particular, a educação, pelo princípio da universalidade da Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo III, artigo 205 quando afirma que a educação é:

Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As discussões políticas de consolidação da democracia nos anos 80 impulsionaram a busca de alternativas também nesta área, possibilitado pelo avanço no campo teórico e como foi dito anteriormente, a importância da atuação dos movimentos sociais que concretizaram propostas em defesa da educação.

Percebe-se que os movimentos sociais representaram uma conquista democrática que serviu como ponto de partida e até de reflexão, para enfrentar a realidade posta de maneira perversa e cuja superação só podia e só pode ser alcançada mediante reconhecimento e representatividade nos espaços de negociação para dar solução aos problemas.

É nessa perspectiva que estes grupos, organizados socialmente, provocaram mudanças sociais e com grande influência sobre as políticas públicas. Constituem-se como um catalisador das políticas públicas na perspectiva de seu potencial de transformação da cultura política e da relação entre Estado e os cidadãos.

1.2.2 Cenário das Políticas Públicas na década de 1990: reforma do Estado, globalização da economia e reestruturação produtiva

A partir dos anos 1990 as políticas educacionais estão diante de um novo cenário: de reestruturação produtiva e de globalização da economia, expresso pelo avanço tecnológico e científico, ao mesmo tempo, influenciando a formulação de propostas no sentido de se encontrar respostas e soluções às exigências de um padrão de qualificação que atenda as demandas que emergem nesse contexto. Nesse momento, a educação se constitui como princípio fundamental para o desenvolvimento econômico.

Nesse período a educação foi incessantemente debatida, valorizada e posta em um lugar privilegiado nos processos de reestruturação produtiva, de globalização da economia e, sobretudo pelo cenário marcado por novas e maiores exigências no que se refere à qualificação da mão-de-obra. Resta dizer que estas intervenções estão marcadas pelas ações de organismos internacionais financiadores, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas (ONU) e a Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC), eles definem as orientações que servem de base na constituição das políticas educacionais. Essas intervenções estão centradas na redução do papel do Estado, no financiamento da educação, bem como sua adaptação a proposta neoliberal.

Caracterizou-se pela reforma do Estado que se estabeleceu nas relações de gestão e organização do poder estatal. A implementação dessas reformas ocorreu independente de se levarem em conta as necessidades das populações mais desfavorecidas: reformas administrativas, da previdência, da saúde, privatização de empresas estatais, a diminuição dos gastos públicos, abertura do mercado interno para a circulação livre de mercadorias dentre outras medidas.

Na década de 90, a reforma do Estado impactou em uma crise do Estado, por conta da insuficiência de recursos para investir nas necessidades crescentes da área social. Segundo Farah (2004, p.52), a agenda de reforma do Estado se estruturou em torno dos seguintes eixos:

- a) Descentralização, vista como uma estratégia de democratização, mas também como forma de garantir o uso mais eficiente de recursos públicos;
- b) Estabelecimento de prioridades de ação (focalização ou seletividade), devido às urgentes demandas associadas à crise e ao processo de ajuste;
- c) Novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil, incluindo a democratização dos processos decisórios, mas também a participação de organizações da sociedade civil e do setor privado na provisão de serviços públicos;
- d) Novas formas de gestão das políticas públicas e instituições governamentais, de forma a garantir maior eficiência e efetividade à ação estatal.

Ao analisar essas proposições Souza (2012, p.307) deixa claro que o Estado não deixou de desempenhar as suas funções, mas restringiu a sua atuação.

A partir dos anos 1990 no Brasil, planos de privatização de empresas estatais, sob o alcance da agenda neoliberal, passam a ser efetivados, e a redução do papel do Estado, foi seguida da desarticulação de grande parte das cadeias produtivas, rompendo-se a estrutura econômica nacional anterior. O capital estrangeiro teve sua participação aumentada, em detrimento do papel do capital nacional. No que tange as políticas sociais, este espaço tornou-se amplo para o capital privado, que passou a propor uma nova agenda de reformas.

Sob esta ótica houve grandes alterações nas políticas públicas, principalmente nas políticas sociais. Com o discurso de modernização e racionalização do Estado pretendeu-se minimizar a ação do Estado e as políticas de proteção, na tentativa de superar a extrema pobreza e adaptar-se as novas demandas mundiais impostas pela globalização sob a promessa de recuperar o desenvolvimento mediante as parcerias público privadas.

Assim inicia-se uma nova era contra os direitos sociais instituídos com a Constituição Federal de 1988, com a substituição das políticas de desenvolvimento econômico e social por políticas de assistência.

Nos anos 90 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 empreendeu esforços para privilegiar parcela da população que se encontrava fora do ambiente educacional, recuperando e mantendo a defesa do direito à educação para todos, nos seguintes dispositivos da lei:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Assim, a Constituição de 88 e a LDB, enquanto política pública se destina a preparar as pessoas para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho, ressaltando as modificações ocorridas para atender as necessidades de adequação ao modelo de acumulação capitalista.

Pelo exposto, percebe-se que a educação se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, uma educação voltada às necessidades sociais e político-ideológicas para a expansão do capitalismo. Dessa forma, foi preciso estabelecer outras ações no contexto social e político implementado pelo Estado e nas relações de poder impostas pelas políticas sociais neoliberais.

Nesse momento, houve certo enfraquecimento dos movimentos sociais de resistência política, ficando em evidencia novos grupos sociais, as ONGs (Organizações Não Governamentais) e as Organizações do Terceiro Setor, visualiza-se uma nova maneira de agir nas relações dos movimentos sociais e das ONGs. Se antes, os movimentos tinham espaço para reivindicar e capacidade para se opor ao Estado, agora visam interesses específicos e desconsideram a coletividade.

Com a crise dos movimentos sociais, o Estado deixa de subsidiar suas ações, o que, por sua vez, gera o silenciamento dos movimentos, que perdem o seu ato político. Com isso, o Estado não é mais responsabilizado por essas questões, havendo o desvio para o terceiro setor, fruto da mobilização da sociedade civil em parceria com o governo. (ARAÚJO e BARBOSA, 2009, p.28)

Vale ressaltar que essa transferência de responsabilidades que deveria estar a cargo do Estado, onde o terceiro setor agora é parte integrante e participante das responsabilidades sociais, se constitui sob os princípios da política neoliberal.

A realidade educacional brasileira foi particularmente afetada pela crise e pelas reformas neoliberais na tentativa de se adequar às demandas do momento. Dessa forma, o neoliberalismo se posiciona em oposição aos direitos sociais quanto à obrigação da sociedade em garantir esses direitos por meio da ação do Estado.

Nessas condições, as políticas educacionais estão voltadas para manutenção desse sistema que castiga a população, aumentando assim a exclusão social, pois se preocupam em atender ao mercado e não ao conhecimento do indivíduo. (SOUZA, 2012).

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (SADER, 2008, p. 15).

Nesta perspectiva de entendimento, Mészáros (2008) afirma que a mudança na sociedade proposta por meio das reformas educacionais para corrigir os resultados negativos da ordem reprodutiva capitalista não elimina os fundamentos causais profundamente enraizados. “Limitar uma mudança radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa”. (MÉSZARÓS, 2008, p.27).

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (MÉSZARÓS, 2008, p.35).

Na crítica que Mészáros empreende sobre a educação na sociedade capitalista, demonstra o seu pensamento como uma alternativa para superar o modelo de educação que reproduz o discurso da classe dominante. O autor pensa na sociedade como um todo, considerando que as transformações dos modelos educacionais passam antes de tudo por uma transformação da sociedade em geral.

Assim, para que essa transformação radical apontada por Mészáros seja possível, a educação deve ser contínua e cujas práticas educacionais permitam a educadores e educandos, encontrar os meios necessários e/ou construir alternativas para transformar o presente e caminhar na direção do futuro. O ponto principal da transformação só pode estar contrário ao capital, na

erradicação do capital e assim como o autor sinaliza: para além do capital. Imprescindível romper com a lógica do capital para contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente transformada.

1.2.3 A Educação Profissional e tecnológica (EPT) sob a perspectiva dos Institutos Federais

As origens da educação profissional são evidenciadas a partir de 1809 com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI. Esse Colégio constituiu-se a primeira notícia de um esforço governamental em direção à profissionalização. Cem anos depois, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação, modificando a preocupação meramente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional. (BRASIL, 2007).

O quadro abaixo sintetiza a linha do tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Partindo dos anos 80-90 de onde emergiram a Constituição de 88 e a atual LDB, de 1996, quando o país saía de um período ditatorial e tentava reconstruir o Estado de Direito. A partir daí o ensino profissionalizante acontece quase que exclusivamente nas Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e em poucos sistemas estaduais de ensino. (BRASIL, 2007). Por fim a Lei 11892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

1980 - 1990	A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.
1994	A Lei 8.948, de 8 de dezembro: - Institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; - A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Grifo nosso
1996	Em 20 de novembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio
1997	O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).
1999	Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S).

2004	O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2005	Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais. Grifo nosso Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
2006	O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
2007	Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades. O Decreto 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
2008	Articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Fonte: extraído do portal MEC. Rede Federal

Não há dúvida, de que o termo Educação Profissional introduzido pela LDB em seu capítulo III alavancou as discussões sobre as relações entre trabalho e educação, na tentativa de incorporar a formação profissional e tecnológica à educação básica (fundamental e média) para atender às demandas do trabalho e da própria sociedade contemporânea.

Contudo, o Decreto 2.208/97 que regulamentou o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394 de dezembro de 1996 e que propôs uma reforma na educação profissional foi considerado um retrocesso por muitos estudiosos, pela separação entre a formação geral e a formação técnica.

Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I - Básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II - Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. (BRASIL, 1997).

Assim, a reforma impactou significativamente toda a rede, pois a instituição precisou adequar-se à nova legislação, pois desenvolviam cursos técnicos de nível médio integrado ao ensino médio. Além disso, estava posta a obrigatoriedade e o desafio de construir um novo modelo de educação profissional, sem colocar no ponto de discussão o nível de qualidade até então vivenciados nestas instituições.

Em 2004, o Decreto nº 5154 representou um avanço ao revogar o Decreto nº 2208/97 ao restituir à integração entre o ensino médio e profissional. O artigo 4º do referido decreto propõe que a educação profissional técnica de nível médio seja desenvolvida de forma articulada com o ensino médio.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - Concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso.

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004)

Nesse sentido, o Decreto 5.154/04 amplia as possibilidades de articulação entre a educação profissional de nível médio e o ensino médio de três formas: integrado, concomitante e subsequente.

Por sua vez, a Lei 11.195/05 permitiu a expansão da oferta da educação profissional através do Plano de Expansão da Rede Federal e a construção de novas unidades de ensino. Confirmando assim, uma retomada do investimento público nas instituições federais de ensino.

Desse período em diante, há uma reformulação significativa da Rede Federal. Além da implantação de novas unidades de ensino, a Lei 11892/08 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Os Institutos Federais, de acordo com a art. 7º da Lei 11.892/08 tem por objetivos:

I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - Ministrando em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008.)

Sem dúvida, esses objetivos mostram uma proposta inovadora que caminha desde a educação básica à pós-graduação, com cursos que permitem atender a demanda do mercado bem como a formação continuada de profissionais que estão há muito tempo fora da escola formal. Entretanto, o grande desafio dos Institutos Federais na sociedade capitalista perpassa pela perspectiva de emancipação do ser humano. Nesse sentido, “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais.” (PACHECO, 2010, p.15).

Dessa forma, a expansão da educação profissional e tecnológica proporcionada pela implantação de novas unidades em todo o território nacional, permitiu novas possibilidades de atuação nas periferias e municípios distantes em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de geração de emprego e renda e comprometidos com o desenvolvimento local e regional. Destaca-se ainda que, “enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais”. (MEC/SETEC, 2010, p.19).

Tendo em vista as transformações vivenciadas pelos institutos federais no que concerne à sua trajetória percebe-se que ao longo de sua existência o Estado assume a educação profissional

para atender a demanda do mercado, ao mesmo tempo em que evidencia a sua constante ampliação e reorganização.

As políticas educacionais direcionadas à educação profissional e tecnológica desenvolvidas nos institutos federais possuem uma vantagem muito grande em relação às universidades, como instrumento de inclusão social, pelo conhecimento e proximidade com a realidade local e regional. Dessa forma, pode atuar como elemento que impulse a emancipação das pessoas que foram historicamente destituídas de seus direitos, em que o ser humano possa ser reconhecido como pessoa, com direitos e com deveres frente aos demais na comunidade, que tenha a possibilidade de participar ativamente posicionando-se a favor ou contra as regras que governam a todos.

A extensão pode ser o elo entre as demandas da comunidade onde estão inseridos os institutos, o ensino e a pesquisa, abrindo caminhos de acesso aos diversos públicos com oportunidades de formação continuada para atender as necessidades socioeconômicas e culturais, no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos na sociedade, contribuindo dessa forma para credenciar a Instituição como um espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais. (INSTITUTO, 2012)

No caso do IFBA, a extensão está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) cujos objetivos estão alinhados com os objetivos dos institutos como um todo, no intuito de responder aos anseios da sociedade e contribuir para modificar a realidade da região onde atua, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão.

Fazem parte de seus objetivos:

- a) Planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar atividades referentes a dimensão de extensão;
- b) Oferecer cursos de educação inicial e continuada (FIC) aos trabalhadores, jovens e adultos;
- c) Adequação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e particularidades regionais;
- d) Promover ações de integração de modo a aperfeiçoar os recursos materiais, físicos e humanos disponíveis;
- e) Estimular o empreendedorismo e o cooperativismo;
- f) Desenvolvimento de programas de extensão e divulgação científica e tecnológica;
- g) Desenvolver atividades de extensão em sintonia com as finalidades da Educação Profissional, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais;
- h) Estimular a geração de trabalho e renda visando a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e

regional. (INSTITUTO, 2014)

Dessa forma, a extensão exerce um papel relevante, pois além de promover o acesso à educação profissional e a elevação de escolaridade através de projetos e programas, dispõe de meios necessários para agir como agente de transformação dado o contexto de exclusão e desigualdades a que estão expostas essas comunidades em torno dos institutos.

Sob uma perspectiva emancipatória, é um ambiente propício para desenvolver com a participação de todos os envolvidos, uma prática educativa capaz de construir sujeitos autônomos, pensantes, sujeitos capazes de autogovernar-se e de governar. (GADOTTI, 2012).

É um excelente caminho para ampliar a participação e dar visibilidade as políticas públicas educacionais e programas governamentais mais abrangentes, sobretudo aquelas direcionadas as mulheres, na tentativa de reverter às desigualdades presentes há séculos na sociedade. Este olhar sobre as questões de gênero abre novas oportunidades e possibilidades para que as mulheres compreendam que a educação se constitui como um dos eixos fundamentais para o exercício de direitos e para a construção da autonomia individual e coletiva, haja vista que ainda se encontra em condições de desigualdade e de subordinação na sociedade.

1.3 GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A elaboração de políticas públicas é objeto de relevância para toda a sociedade, principalmente para aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade. Refletir sobre as ações da gestão pública que interferem na tomada de decisões é essencial para construir políticas públicas mais eficientes que solucionem os crescentes problemas sociais que afetam a sociedade como um todo.

Todavia, é preciso avaliar constantemente o desempenho das políticas públicas, se os objetivos, as metas e os resultados estão sendo alcançados. Exigindo assim, recursos de avaliação mais modernos e eficazes.

Assim, diante destas proposições debater acerca do que propõe o artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e o artigo 3, inciso VII da LDB no sentido de permitir a gestão democrática do ensino público é algo necessário e possível. O artigo 14 determina que os sistemas de ensino sejam responsáveis por definir as normas da gestão democrática do ensino

público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: “Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” (BRASIL, 1996, p.7)

Dessa forma, a gestão democrática estabelecida pelos sistemas de ensino deve atender as demandas locais, com a participação de todos os envolvidos no processo decisório, a comunidade local e a comunidade escolar.

Outra dimensão apontada por Luck (2013) que não deve ser menosprezada refere-se aos termos democracia e participação, que embora inseparáveis nem sempre ocorram na prática educacional. E acrescenta que a democracia não se realiza sem a participação, mas observa que em determinadas circunstâncias há participação sem espírito democrático.

Resta encontrar uma alternativa de democratizar a gestão pública via participação cidadã, como apoio para superar os problemas das políticas públicas e na incapacidade do Estado em formular e implementar políticas mais efetivas.

[...] os governos, carecendo de legitimidade democrática, abrem-se para a sociedade civil, criando novas formas de articulação sociopolítica, como o orçamento participativo, conselhos-gestores ou participação comunitária, visando a conciliar o objetivo da legitimidade democrática com o aumento da eficiência. O dilema enfrentado pelo gestor urbano entre precisar criar condições favoráveis para uma inserção progressiva dos setores mais modernos e dinâmicos da cidade no mundo da economia globalizada, e procurar medidas e políticas capazes de mitigar os crescentes problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam os setores sociais mais empobrecidos revela o estado precário e delicado da gestão pública nas sociedades em desenvolvimento. (FREY, 2004, p.120)

Assim, o quadro de gestão pública participativa introduz ações de planejar, controlar, coordenar e avaliar que implicam na mobilização e participação de todos os segmentos da sociedade, levando-os a construção de espaços dinâmicos e, sobretudo, de formar cidadãos críticos participantes e atuantes capazes de superar a apatia política por conta da distância que separa a sociedade do governo. Nesse sentido, Bordenave (1983, p.46) destaca um aspecto importante da participação “apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”.

Segundo o próprio autor,

A participação na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro [...]. [...] Aos sistemas educativos, formais e não-formais, caberia desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação”. (BORDENAVE, 1983, p. 25-26)

Essas considerações alertam para a necessidade de criar as condições necessárias, fundamentadas em processos educativos que proporcionem a todos os envolvidos compreender o mundo a sua volta e despertar o sentimento de coletividade de um grupo para uma reflexão crítica acerca da participação ativa na tomada de decisões que afetam a vida de todos.

As ações concretas da gestão participativa que assegurem a realização de um trabalho participativo, democrático e autônomo no âmbito da instituição envolvendo todos os segmentos sociais que a compõe, evidencia a necessidade de estabelecer os objetivos e as metas, os resultados a serem alcançadas e, sobretudo, assegurar a participação de todos nas decisões.

Significa inserir novos atores sociais tradicionalmente excluídos da participação social neste espaço privilegiado de tomada de decisões, especialmente no que se refere à implementação e efetivação de programas sociais de educação, saúde, moradia etc que interferem diretamente nas condições de vida da população.

Segundo Libâneo (2009, p.385) é preciso assegurar o desenvolvimento de práticas de gestão participativa com a formação de uma boa equipe de trabalho, responsável pela reflexão conjunta, apoiados pelas vivências pessoais e ajuda mútua. As características elencadas a seguir pelo autor identificam a existência do trabalho em equipe:

Os objetivos, as condições de funcionamento organizativo, as mudanças organizativas e pedagógicas devem estar subordinadas a princípios e valores emancipadores, com os quais se superem as contradições e os bloqueios que impedem os indivíduos de desenvolver o próprio potencial e construir as próprias atividades. As práticas de gestão democráticas e emancipadoras são as que criam as condições promotoras do desenvolvimento humano, da reflexão, da autonomia. O desenvolvimento do impulso para a emancipação envolve situar a organização no contexto social mais amplo e analisar criticamente seu papel nessa situação. (LIBÂNEO, 2009, p.385)

Desse modo, é importante propor uma educação responsável pela emancipação do indivíduo, tornando-o cidadão capaz de participar de uma sociedade democrática, dando os meios

necessários não apenas para a sua sobrevivência, ou seja, de prepará-lo para o mercado de trabalho ou ingressar em uma universidade, mas para tomar posse da cultura acumulada historicamente, para a formação de sua personalidade enquanto cidadãos conscientes e autônomos, aptos a desfrutar da valiosa herança cultural da história. (PARO, 1998). A emancipação pessoal se dará à medida que adquira o conhecimento para controlar e determinar o melhor para suas vidas.

Neste sentido, o instituto possui um ambiente educativo propício para ampliar a capacidade de pensar e criticar a realidade, a oportunidade para exercitar o debate político e experimentar atitudes de liderança e ainda, contribuir para a emancipação social e política.

Um aspecto importante a considerar consiste na responsabilidade de estimular e mobilizar grupos e comunidade, na medida em que promove a interação e o apoio entre as pessoas, amplia as oportunidades políticas necessárias à transformação social.

Contribuir desenvolvendo atitudes e habilidades para participar de outras instâncias decisórias no âmbito da sociedade civil (organizações de bairro, movimento de mulheres, de minorias étnicas e culturais, movimentos de educação ambiental e outros) e contribuindo para o aumento da capacidade de fiscalização da sociedade civil sobre a execução da política educacional. (LIBÂNEO, 2009, p.336)

A participação em projetos e programas sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica apoiados ou em parcerias com instituições públicas, constituem-se como espaços de mobilização social justamente pela possibilidade de desenvolvimento da consciência social e de organização popular capazes de impulsionar o poder público.

Segundo Luck (2013, 66-67), a dimensão política da participação evidencia que,

Pela participação, a escola se transforma numa oficina de democracia, organizando-se como instituição cujos membros se tornam conscientes de seu papel social na construção de uma instituição verdadeiramente educacional, e agem de acordo com essa consciência. Pela participação competente e associada constrói-se a prática dos deveres sociais e conquistam-se os direitos correspondentes que, gradativamente, aumentam o direito da participação. Cria-se, por conseguinte, uma cultura de poder compartilhado, desenvolvendo-se a prática de cidadania no interior na escola. Como resultado dessa prática, portanto, constrói-se a autonomia e o empoderamento pelo alargamento de consciência social e desenvolvimento de competências sociais.

Enfim, pelo envolvimento das escolas nas decisões do sistema de ensino que afetam as práticas educacionais nelas realizadas, estas são fortalecidas e se

tornam mais efetivas, resultando no fortalecimento e na maior efetividade do sistema como um todo.

A partir do momento em que os gestores assumem o compromisso a frente do programa e se envolvem com a comunidade e conhecem de perto os problemas concretos vivenciados pelas mulheres, ocorre uma movimentação interna entre os envolvidos no sentido de impulsionar essas mulheres para adentrar os institutos e construir juntos um ideal de participação que as conduza ao desenvolvimento de sua autonomia. Desse modo, a instituição torna-se o elo necessário para impulsionar a aproximação entre os integrantes da escola e a comunidade externa, visando reduzir as desigualdades entre eles.

Da mesma forma que a participação produz a democracia, a autonomia da instituição é fator preponderante para desenvolver a gestão participativa no ambiente institucional, haja vista a necessidade de atender as demandas locais.

Em relação ao Programa Mulheres Mil no IFBA, o repasse dos recursos não garante autonomia, principalmente pela complexidade do processo licitatório e distribuição de rubricas³. A sua autonomia reside na dimensão política, em que os gestores precisam tomar decisões compartilhadas com a responsabilidade de obter resultados positivos, cuja realização inclui o acompanhamento e a avaliação, nem sempre realizados de maneira satisfatória, mas que são imprescindíveis para esclarecer se está de acordo com os objetivos e metas definidas.

É importante ressaltar que a prática da gestão democrática requer uma variedade de competências para lidar com os novos desafios, por isso os processos de formação continuada são essenciais e não se justificam mais que os gestores,

aprendam em serviço, pelo ensaio e erro, sobre como resolver conflitos e atuar convenientemente em situações de tensão, como desenvolver trabalho em equipe, como monitorar resultados, como planejar e implementar o projeto político pedagógico da escola, como promover a integração escola-comunidade, como criar novas alternativas de gestão, como realizar negociações, como mobilizar e manter mobilizados atores na realização das ações educacionais, como manter um processo de comunicação e diálogo abertos, como estabelecer unidade na diversidade, como planejar e coordenar reuniões eficazes, como articular interesses diferentes, etc. Os resultados da ineficácia dessa ação são tão sérios em termos individuais, organizacionais e sociais, que não se pode continuar com essa prática. A responsabilidade educacional exige profissionalismo. (LUCK, 2000, p.29)

3 (Dotação Orçamentária). Toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos.

Percebe-se com isso, que os gestores do Programa Mulheres Mil enfrentaram diversos obstáculos na execução, principalmente por conta de nem sempre obter uma capacitação adequada para implementar o programa com uma metodologia tão complexa, onde as relações acontecem de cima para baixo, verticalizadas do MEC/SETEC para implantação nos institutos federais e subsidiadas por esses gestores. Neste ambiente, essas ações estão alinhadas com os condicionantes institucionais internos da participação nas decisões definidos por Paro onde se constata,

o caráter hierárquico da distribuição da autoridade, que visa estabelecer relações verticais, de mando e submissão, em prejuízo de relações horizontais, favoráveis ao envolvimento democrático e participativo. (PARO, 2011, p.41)

Do ponto de vista da gestão participativa as ações devem ser planejadas com o comprometimento e a responsabilidade de todos os envolvidos na tomada de decisões para se alicerçar em relações horizontais e não verticalizadas.

O autor critica a estrutura autoritária e hierarquizante da escola pública brasileira, portanto necessário estruturá-la adequadamente para atingir os objetivos educativos como um todo. (PARO, 2011).

E acrescenta,

Na estrutura formal de nossa escola pública está quase totalmente ausente a previsão de relações humanas horizontais, de solidariedade e cooperação entre as pessoas, observando-se, em vez disso, a ocorrência de uma ordenação em que prevalecem relações hierárquicas de mando e submissão. (PARO, 2011, p.87).

Quando todos trabalham em prol da coletividade e decide-se em conjunto, todas as relações passam a ser horizontais. Cada um, individualmente, consegue perceber o quanto a sua participação e o seu compromisso são essenciais para construir um mundo melhor e mais igualitário.

CAPÍTULO II - AS QUESTÕES DE GÊNERO NO BRASIL

2.1 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS FOCALIZADAS NAS MULHERES

O presente capítulo pretende analisar as ações do governo no combate às desigualdades de gênero, destacando-se a feminização da pobreza e o empoderamento da mulher. Evidencia a importância da pesquisa em foco por se tratar da análise de uma política pública, especificamente um programa que construiu sua proposta de maneira séria e respaldada por dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), sobre o perfil das mulheres na sociedade brasileira, o contexto educacional e participação na economia com a perspectiva de que o projeto pudesse responder aos desafios das mulheres em situação de vulnerabilidade social, por reconhecer que são elas, as mulheres, as mais afetadas através das desigualdades na sociedade.

Dessa forma, introduzir políticas educacionais com recorte de gênero, cujos resultados tenham impacto positivo na vida das pessoas e melhorem a qualidade de vida da população são essenciais para consolidar o compromisso brasileiro com a igualdade de gênero.

Na verdade, as questões de gênero perpassam pela maneira como a sociedade organiza os diferentes papéis sociais e os comportamentos relacionados aos homens e mulheres. Assim, o termo gênero foi constituído socialmente na tentativa de entender como se processam as relações estabelecidas entre homens e mulheres, os papéis adotados na sociedade e as relações de poder definidos entre eles.

Segundo Passos (2000, p. 3 e 4) a palavra gênero

Surgiu para marcar as diferenças biológicas existentes entre macho e fêmea, daquelas que são decorrentes das construções sociais, culturais e psicológicas.

[...] ser homem ou ser mulher é determinado pelas relações de gênero.

[...] como gênero é diferente de sexo, relações de gênero também não significa relações entre dois sexos e sim como eles são interpretados socialmente e historicamente. Isto porque, essa relação, assim como o conceito de gênero, só poderá ser entendida no contexto histórico e social.

Percebe-se que as relações de gênero resultam das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de uma determinada sociedade, são permeadas pela vivência em casa, na

comunidade, na escola e na sociedade como um todo. Estudos mostram que no Brasil, nos anos 1980 relacionados à categoria gênero deram um grande salto positivo.

A partir da década de oitenta observa-se uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país. Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. Os homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada nesses estudos e uma abordagem que focaliza a estrutura social mais do que os indivíduos e seus papéis sociais foi favorecida. (HEILBORN e SORJ, 1999, p.4)

Nesse sentido a Constituição de 1988 representa um marco histórico quando estabeleceu o compromisso de combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, sendo competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (CF/88, Art. 23, Inc X). Garantido também a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, proteção do mercado de trabalho da mulher, dentre outros, ampliando assim os direitos civis, sociais e econômicos das mulheres.

Os movimentos de mulheres e feministas antes esporádicos organizam-se no Brasil a partir da década de setenta, mas é a partir dos anos 1980, por conta do impacto da democratização e da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres que tem sido verificado um progressivo crescimento para introduzir a problemática da desigualdade de gênero na agenda governamental.

Os movimentos de mulheres mostram a participação das mulheres em vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e necessidades através de manifestações, denunciando as desigualdades sociais sob a perspectiva das relações de gênero.

Os estudos e pesquisas das feministas incorporaram-se paulatinamente à comunidade científica e universitária e nos centros de pesquisa, a exemplo da Fundação Carlos Chagas em São Paulo. O apoio institucional e financeiro da Fundação Ford tem desempenhando papel relevante na legitimação desta área de estudos na década de 1980, bem como a criação dos primeiros Conselhos da Condição Feminina, os SOS Mulher, as Delegacias da Mulher.

Na Bahia, o Núcleo de estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) surge em 1983, segundo do gênero criado no Brasil, como um programa da Faculdade de Filosofia e Ciências

Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vinculado ao Mestrado em Ciências Sociais, dando sequência ao enfrentamento dessa questão, cujos objetivos estão voltados para o estímulo ao ensino, à pesquisa e a extensão no campo dos estudos sobre a mulher e as relações de gênero, ganhando assim espaço nas políticas públicas. Movimentos sociais e ONGs marcaram presença em diversos eventos, nos congressos da mulher trabalhadora etc. A mulher assume-se como militante nos movimentos, partidos e sindicatos. GOHN (2012).

Outro fato marcante que merece destaque após a criação de novas políticas públicas para a mulher, que garantiam uma maior participação da mesma, nas decisões de Estado, é a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

De 1985 a 2010, as funções e atribuições do CNDM foram bastante alteradas. Em 2003, se desvinculou do Ministério da Justiça e passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) da Presidência da República, cuja composição abarca representantes da sociedade civil e do governo, o que amplia o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres. É também atribuição do CNDM apoiar a Secretaria na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil. (SECRETARIA, 2014).

A necessidade de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres são fatores relevantes não somente para combater a desigualdade, mas também o caminho eficaz para o combate à pobreza.

Os estudos da pobreza chamam a atenção para o fenômeno da “feminização da pobreza”, em que são apontados o aumento da chefia familiar feminina como indicador de pobreza e a inserção das mulheres no mercado de trabalho de maneira submissa, menor qualificação e com salários mais baixos.

O termo “feminização da pobreza” foi discutido por Diane Pearce em 1978, argumentando que a pobreza naquela época estava se tornando um problema feminino, por conta da ausência de um homem na estrutura familiar. No seu pensamento, o empobrecimento está intimamente ligado ao aumento na proporção de famílias pobres chefiadas por mulher. (NOVELLINO, 2004).

De acordo com os estudos de Pearce (1978) sobre a feminização da pobreza, este é um fenômeno que se inicia quando as mulheres pobres com filhos são obrigadas a entrar para o mercado de trabalho para sustentar a si e a seus filhos, sem ter se preparado para isso.

Para Novellino (2004, p.3) “a feminização da pobreza é um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho”. Essa afirmação fundamenta-se no seguinte:

- a) Há uma tendência das mulheres, por demanda de suas funções reprodutivas, trabalharem em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário;
- b) Há discriminação salarial, isto é, estudos demonstram que, na média, os salários dos homens são maiores que os das mulheres;
- c) Há uma concentração de mulheres em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são mais baixos; e
- d) Há uma maior participação feminina nos mais baixos níveis da economia informal. (NOVELLINO, 2004, p.5)

A mulher durante muitos séculos ficou em uma condição inferior ao homem, interiorizando uma imagem inferiorizada de si mesma e de dependência, imposta pela sociedade patriarcal, de que o homem é o principal provedor da família e a ele cabe o bom desempenho e o sucesso. A ela cabe se adaptar a este lugar na sociedade.

Um dos maiores problemas deste legado é a incessante busca da mulher pelo seu reconhecimento e valorização, principalmente a partir do momento que entrou no mercado de trabalho, buscando a sua profissionalização.

Há necessidade da ampliação da participação de mulheres em espaços de poder e decisão. Vale ainda dizer que ações afirmativas para grupos que historicamente tem sido objeto de diversas discriminações, justificam-se. No caso das mulheres, pela imagem que tem sido repassada ao longo dos anos, de que o trabalho delas está relacionado aos serviços domésticos, tarefas familiares e, principalmente, maternas.

Prosseguindo em seu comentário a autora afirma que as políticas públicas não são necessariamente políticas de gênero pelos seguintes motivos:

- a) O objetivo principal é tirar as mulheres e seus filhos de uma condição de extrema pobreza, dando-lhes apenas possibilidades mínimas de sobrevivência;
- b) As mulheres são consideradas em suas funções reprodutivas. Por este motivo, os programas são dirigidos para mulheres chefes de família/domicílio de modo que possam prover os seus filhos;
- c) Nem toda preparação para atividades produtivas conduz ao

empoderamento. Este é apenas um aspecto do fortalecimento das mulheres. (NOVELLINO, 2004, p.16)

Esses estudos demonstram que as políticas públicas se constituem como um espaço privilegiado de combate às desigualdades de gênero, desde que focalizem políticas de combate à pobreza, pois as mulheres têm sido consideradas como um dos segmentos mais vulneráveis da população está sempre em desvantagem sejam no mercado de trabalho, nos espaços de decisão, na vulnerabilidade à violência e no acúmulo de atividade sem remuneração, justificando assim a promoção de políticas direcionadas a elas.

Defendem uma intervenção do Estado, através de programas dirigidos a essas mulheres, de modo que elas possam dar conta de seu próprio sustento e de seus filhos. Além disso, as políticas públicas para as mulheres não devem contemplar apenas o combate à pobreza, mas que sejam capazes de buscar o seu empoderamento e a sua autonomia.

Por esses motivos,

Os programas não poderiam se restringir à transferência pública de renda, mas deveriam pensar em formas de tornar essas mulheres menos vulneráveis, o que significa estabelecer programas voltados para a formação de seu capital humano através de educação, treinamento bem como acesso a serviços que lhes permita reduzir o uso do tempo em funções reprodutivas. (NOVELLINO, 2004, p.11)

A autora menciona ainda estudos que indicam que mesmo especialistas em estudo de gênero como Lena Lavinas e Mary Castro que defendem políticas públicas mais universalistas, de redução da pobreza de todos e não de grupos específicos, mesmo que sejam mulheres, deixam claro que há diferenciais de gênero que precisam ser analisados e considerados para a formulação e implementação de programas governamentais. (NOVELLINO, 2004).

Sob a perspectiva de focalização de políticas públicas,

A proposta de focalização (targeting women) baseia-se no argumento de que esta garantirá maior eficiência às políticas de combate à pobreza: a atenção privilegiada às mulheres teria impacto na sociedade como um todo – seja por seu papel na família, seja por sua presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja ainda pela presença significativa de mulheres entre a população pobre. (FARAH, 2004, p. 55)

Para a autora, ao se desenharem programas dirigidos especificamente às mulheres ou que envolvam atenção privilegiada a mulheres, ocorre focalização. Evidenciando assim, a

necessidade de inclusão no espaço da cidadania de um segmento até então invisível, requerendo, ao menos em um primeiro momento, políticas específicas ou ações que privilegiem mulheres em políticas mais abrangentes. (FARAH, 2004).

No entanto, a aplicação de instrumentos de focalização é considerada determinante não só para beneficiar os grupos mais vulneráveis, mas para avaliar se os objetivos dos programas governamentais realmente apresentam o grau de eficiência e alcance esperado.

Promover a autonomia da mulher é fator preponderante para libertar milhões de pessoas que se encontram na pobreza. Proporcionar às mulheres o acesso a oportunidades econômicas e à educação permitirá uma maior autonomia, necessária para aproveitar essas oportunidades e fornecer os subsídios necessários à erradicação da pobreza.

2.2 EMPODERAMENTO DA MULHER

2.2.1 Conceito de Empoderamento

É notória a relação entre gênero e pobreza e a necessidade de adotar medidas próprias para atender à especificidade da condição social das mulheres na pobreza. Propor programas de combate às desigualdades de gênero é algo viável e deve ser incentivado como forma de combater as desigualdades sociais através do fortalecimento da mulher. Dessa maneira, os estudos e pesquisas de gênero são fontes importantíssimas para alavancar esse crescimento e construir a sua autonomia. Logo, a necessidade de esclarecer o uso do termo na literatura.

Entender o processo de empoderamento para essa pesquisa perpassa pelo significado que o conceito expressa no campo da educação e das ciências sociais e principalmente, no que diz respeito à mulher.

No Brasil, muitos autores têm criticado o uso indiscriminado do termo, inclusive Freire (1986) em seu livro *Medo e Ousadia*, escrito em parceria com Ira Shor. Ele já utilizava o termo em inglês *Empowerment*, onde demonstra o seu temor em utilizá-lo. Ele cita como exemplo a experiência de um professor amigo seu, físico, com seus alunos no qual supõe que a pedagogia desenvolvida em sala de aula amplie certo nível de independência. No diálogo entre eles, Freire afirma que esse nível de autonomia, ou seja, o *empowerment* individual ou o *empowerment* de alguns alunos, ou a sensação de ter mudado não é suficiente para torná-los

aptos a efetuar as transformações políticas radicais necessárias à sociedade brasileira. (FREIRE e SHOR, 1986).

Dessa forma as discussões dos autores associam-se ao pensamento de Sardenberg (2012) pela sua preocupação no uso do termo empoderamento, sobretudo os novos significados e os diferentes propósitos sociais adquiridos nos últimos anos, pela academia, pelos órgãos governamentais e não governamentais e o movimento de mulheres.

O conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, como uma forma de autovalorização da raça negra e conquista da cidadania plena. No Brasil o termo começou a ser usado pelo movimento de mulheres na década de setenta no intuito de reduzir a posição de subordinação das mulheres.

A trajetória do conceito remonta os anos 1960, quando a sociedade civil dos países centrais constitui-se como sujeito coletivo e se fortalece, processo que no Brasil iria ocorrer a partir de meados da década seguinte. O termo empoderamento, com a conotação política emancipatória aqui assumida, foi ouvido pela primeira vez no início dos anos 1970, ainda no original inglês empowerment, tendo como seus emissores principais movimentos feministas e negros. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES 2007, p. 487)

Há um discurso em torno das políticas sociais de que é preciso combater à pobreza através do empoderamento. Nesse sentido, empoderamento “é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”. (COSTA, 2000, p.42).

Romano (2002, p.19-20) sintetiza o empoderamento como,

Um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas o empoderamento também é um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. O empoderamento necessita constantemente ser renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza.

[...] Atores com poder diferente são necessários como catalisadores no processo de empoderamento. Ao mesmo tempo, as características desses processos, suas potencialidades e limites, são diversas em função do tipo de mediadores - por exemplo: movimentos sociais, ONG's, governos, agências multilaterais - que atuam como catalisadores.

O ponto de partida do empoderamento perpassa pelo resgate a autoestima e conscientização das pessoas. Na luta contra a pobreza e a exclusão, elas precisam fortalecer a capacidade de organização e de manifestação com o objetivo de participar da tomada de decisões e, conseqüentemente, influir nestas decisões para mudar a sua própria condição e a do seu meio, visando assim melhorar sua qualidade de vida e de sua comunidade. Contudo, é um desafio muito grande a permanência e o aprofundamento dessas conquistas.

Os mediadores e/ou catalisadores (movimentos sociais, ONG's, governos, agências multilaterais), até mesmo líderes de comunidades podem motivar e encorajar o empoderamento na medida em que organizem as pessoas para participar e exercer influência quando elas não conseguem sozinhas.

Sardenberg (2012) ajuda a compreender o empoderamento das mulheres sob o ponto de vista das feministas, ao considerar que ele é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, no qual é um instrumento/meio e um fim em si próprio. Significa libertar as mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal, em um objetivo maior de questionar, desestabilizar e de acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão. Esse é o primeiro passo, admitir que existe as desigualdades de gênero e se mobilize para mudar essa realidade.

Neste sentido, Costa (2000) reforça que,

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (COSTA, 2000, p.9)

Empoderamento na perspectiva feminista incorpora uma luta árdua pelo reconhecimento das especificidades das mulheres, dos desafios para a eliminação da discriminação, da relação de submissão em relação ao poder dominante do marido, da ampliação dos direitos das mulheres. A questão feminina não pode ser analisada sem levar em conta que ao longo dos anos a mulher tem vivenciado um acúmulo de papéis muito grande, desde que começou a enfrentar o

mercado de trabalho, e conseqüentemente, sua profissionalização.

A mulher trabalhadora chega a desempenhar tripla jornada, dentro e fora da família: os afazeres domésticos, a responsabilidade com a criação dos filhos; o trabalho propriamente dito, remunerado, garantidor de sua subsistência; e, além disso, a necessidade de voltar a sala de aula para ampliar seus conhecimentos. Conciliar o seu papel profissional e familiar aos estudos exige muita determinação e persistência.

Por isso, a necessidade eminente de formulação e implementação de políticas públicas que promovam o empoderamento das mulheres de maneira mais eficaz ou buscar o aperfeiçoamento e o fortalecimento das políticas já existentes.

2.2.2 Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas públicas

As abordagens de empoderamento e de direitos estão presentes nos discursos da maioria das políticas sociais de combate à pobreza e de certa forma podem contribuir na criação de um ambiente favorável ao acesso a recursos e ao desenvolvimento inclusivo e participativo.

É importante salientar, que o empoderamento depende de participação ativa, consciente e efetiva nas decisões que afetam todos os indivíduos e grupos envolvidos, além da existência de instrumentos formais de participação mais direta e constante no controle, formulação e implementação de políticas públicas. É importante a promoção e implementação de processos participativos na gestão das políticas, onde

Os governos devem assegurar canais para que os grupos e pessoas vivendo na pobreza possam fazer parte de instâncias de definição, implantação e monitoramento de políticas mais gerais (como orçamento participativo, conselhos de políticas sociais, segurança alimentar, previdência, conselhos de saúde, educação) e também dentro de programas de combate à pobreza e à exclusão (mas não somente nestes espaços). (IORIO, 2002, p.29)

Sobre a participação Gohn (2004, p24) afirma que

- a) Uma sociedade democrática só é possível via o caminho da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados.
- b) Não se muda a sociedade **apenas** com a participação no plano local, micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade.
- c) É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do

verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social.

- d) É no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida da população, como as escolas, os postos de saúde etc. Mas o poder local de uma comunidade não existe a priori, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política. (Grifo do autor).

A autora destaca a importância da participação na esfera pública através dos conselhos e outras formas institucionalizadas, no sentido de impulsionar o Estado a cumprir o seu dever: oferecer educação, saúde etc, com qualidade e disponível para todos indiscriminadamente. Para ela os Conselhos são uma das modalidades para o exercício da cidadania. (GOHN, 2004). A participação deve ser vista como a possibilidade de articulação da sociedade com o Estado na busca da democracia e equidade de direitos.

É de vital importância a participação nos espaços de poder e decisão de maneira ampla. Significa se organizar para exercer o poder de intervir e contribuir nas decisões políticas, bem como reivindicar e pressionar o poder público para tomar as decisões que beneficie a todos e que possa transformar a realidade a sua volta. A participação nestes espaços é indispensável para manter um diálogo permanente com o governo a fim de acompanhar e fiscalizar a efetividade das políticas públicas.

Costa (2000) considera que apesar das transformações ocorridas na condição feminina, elas não conseguem decidir sobre suas vidas, como sujeito que faz e participa de sua história, pois o poder da sociedade ainda está envolvido com o patriarcado, ocorrendo ainda uma profunda desigualdade entre homens e mulheres, onde elas não exercem e não acumulam o poder, mas o reproduzem para aqueles que controlam o poder, mesmo quando lhes é permitido minimamente romper.

No caso das mulheres, o empoderamento se constitui na conquista da autonomia, onde é preciso ultrapassar as barreiras do individualismo. Freire (1986, p.72) justifica que o *empowerment*

É muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta. [...] não acredito na autolibertação. A libertação é um ato social. [...] não existe uma auto-emancipação pessoal. [...] mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade. (FREIRE, 1986, p.71)

No sentido da libertação como ato social, defendido por Freire, a mulher possui um poder limitado para modificar sozinha a sua realidade. Entretanto, ela conseguirá transformar essa realidade quando empreender seus esforços no desenvolvimento de uma consciência coletiva, articulada com uma ação também coletiva com outras mulheres para que haja transformação social.

O desenvolvimento pessoal dessas mulheres, o aumento de sua confiança ganha sentido quando integrado as ações coletivas para superar as relações de poder que as oprimem e as tornam subalternas, significando assim desenvolver ações, mobilizar-se para atingir os objetivos coletivamente.

Para Stromquist apud Costa (2000, p.42) “os parâmetros do empoderamento são: a construção de uma autoimagem e confiança positiva; o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões e a ação”.

Percebe-se que há um encadeamento nesse processo, com aspectos que partem de uma dimensão individual do empoderamento para a participação coletiva. O primeiro passo para o empoderamento é a *construção de uma autoimagem e confiança positiva*, ele perpassa pela construção e valorização da autoestima e do desenvolvimento da autoconfiança das mulheres, capazes de impulsioná-las a acreditar em si mesmas, em seu potencial de transformar a realidade em que se encontram.

No que diz respeito ao *desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente*, é preciso criar as condições para que as mulheres desenvolvam uma visão crítica, pois não basta simplesmente repassar informação e conhecimento, mas contribuir para formar opiniões mais consistentes, cuja reflexão e ação seguem promovendo seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional.

Em relação à *construção da coesão de grupo*, é necessária uma interação com as outras mulheres, estabelecendo um clima de confiança mútua entre as integrantes para agir diante das diversas situações do cotidiano e, sobretudo a busca por um resultado satisfatório para todas.

No que se refere à *promoção da tomada de decisões*, o pensamento crítico auxilia na tomada de decisões precisas, focalizadas nos resultados, de forma consciente e fundamentada. A participação das mulheres nos processos de decisão política e pública é essencial para se alcançar a igualdade.

A *ação* envolve uma mudança de atitude para a atuação prática, saindo da condição de passividade para uma postura mais ativa e participativa. É fundamental a ação das mulheres para lutar e reivindicar pelos seus direitos.

Para a autora a aplicação destes parâmetros nos programas e projetos que visam o empoderamento das mulheres poderia alcançar o sucesso desejado. Somente a partir do momento em que elas elevam a autoestima e passam a ter confiança em si mesmas, percebem que são capazes de tomar decisões e começam a participar ativamente. Após o empoderamento as mulheres serão capazes de demonstrar sua capacidade de lutar contra as desigualdades.

De acordo com essa mesma autora, para que este processo de avanço da mulher obtenha êxito é necessário que se efetive alguns níveis de igualdade: bem-estar; acesso aos recursos; conscientização; participação e controle. Desta forma, ao ter acesso a esses cinco níveis de igualdade, maior será a igualdade e maior o grau de empoderamento dessa mulher. (CASTRO, 2000). Ainda para Stromquist apud Costa (2000, p.43), uma perfeita definição de empoderamento, deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos.

Sardenberg (2012, p.8) ao discutir o processo de empoderamento afirma que ele “tem que ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente. As mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça”.

É preciso despertar a consciência das mulheres para a sua necessidade de mudança, a observância a seus direitos e capacidades, possibilitando dessa forma, sua autonomia. Contribuir para a formação de uma consciência crítica implica em uma reflexão profunda

sobre as causas que geraram a opressão e exploração, ainda o conhecimento da trajetória de lutas e conquistas das mulheres na sociedade, fornecendo os subsídios necessários para que as mulheres possam intervir criticamente e incorporar-se a luta contra as desigualdades de gênero.

Assim,

Os agentes externos podem contribuir de maneira fundamental para dar corpo a este processo, tornando acessíveis instituições e níveis de decisão política que na maioria dos casos estão inacessíveis a estes grupos, compartilhando informações qualificadas, construindo alianças, apoiando a intervenção destes grupos, facilitando a sua presença em fóruns e redes, contribuindo para a construção da identidade e da representação política destes grupos e construindo uma visão compartilhada sobre o desenvolvimento. Além destas possibilidades e oportunidades de ação, o agente externo tem particular responsabilidade de construir uma relação e uma forma respeitosa de trabalhar com os grupos vivendo na pobreza. (IORIO, 2002, p.29)

Significa participar do processo de tomada de decisões as pessoas que se encontram fora dele, tomar consciência de seus próprios interesses e de como se correlacionam com os interesses dos outros, a partir de uma posição mais efetiva, influenciar nessas decisões. A participação, além de ser uma necessidade é um direito de todo ser humano.

A participação, segundo Bordenave (1983) tem duas bases complementares: A base afetiva tem a ver com o prazer, é mais prazeroso fazer as coisas com outras pessoas. A base instrumental é mais eficaz e eficiente fazer as coisas com os outros do que sozinhos. Para tanto, essas duas bases precisam equilibrar-se, para não fugir dos objetivos, nem entrar em conflito entre elas e correr o risco de uma se sobrepor a outra.

Dessa forma, a participação é o vínculo necessário para construir a aliança com a finalidade de transformar o meio a sua volta, pois ao se envolver com as demandas do grupo e a satisfação em decidir juntas abre possibilidades para o empoderamento. É construir os espaços democráticos e participativos para avançar na organização das mulheres.

Para Kleba e Wendausen (2009, p.733) o debate sobre o processo de empoderamento é apresentado a partir de dimensões da vida social em três níveis:

Psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política. O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito

recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania.

O ponto de vista pessoal ou psicológico visa atingir o comportamento do sujeito em relação ao seu meio, ou seja, acreditar que sua potencialidade trará benefícios ao desenvolvimento do grupo ou da comunidade.

O ponto de vista grupal ou organizacional refere-se a organizações sociais, comunitárias ou estruturas mediadoras (como parentesco, grupos de vizinhança, igrejas, entidades de serviços), as quais possibilitam novas formas de desenvolver significados de confiança e de comunidade, e melhorar a vida comunitária. (KLEBA e WENDAUSEN, 2009).

O contexto grupal está direcionado aos aspectos de oportunidade, mobilização e fortalecimento do grupo e/ou organização para alcançar os objetivos propostos pelo sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade.

Stark (2006) apud Kleba e Wendausen (2009, p.739-740) apontam recursos de apoio que favorecem e apoiam os membros de um grupo em processos de empoderamento pessoal e coletivo:

- a) Apoio emocional: diminuição do sentimento de impotência, dependência e solidão;
- b) Apoio material: disponibilização de recursos materiais, técnicas de intervenção e recursos práticos para o cotidiano; mediação para o acesso a recursos que diminuam a sobrecarga gerada no enfrentamento de adversidades;
- c) Apoio cognitivo/informacional: informações e esclarecimentos sobre direitos e disponibilidade de serviços; encaminhamento a pessoas com potencial de ajuda; abertura e orientação sobre fontes de informação relevantes;
- d) Manutenção da identidade social: fortalecimento da autoestima e do sentimento de identidade;
- e) Mediação de contatos sociais: promoção do contato entre pessoas com experiências semelhantes;
- f) Fortalecimento do sentimento de pertencimento social

Empoderamento estrutural ou político destaca a dimensão política na adaptação da vida social. Pode ser entendido como avanços de pessoas e comunidades na participação política em busca do remanejamento de poder político, em cujo percurso abdica da posição de

opressão e se apropriam de habilidades de participação democrática e de poder político de decisão. (KLEBER EWENDAUSEN, 2009)

Para que haja o empoderamento feminino é preciso despertar na mulher o desejo de ser ativa e de exercer influência no seu meio, ou seja, sentir-se capaz e motivada para intervir na realidade. Ela só pode ser levada ao empoderamento à medida que reflita sobre suas condições de maneira crítica, para que possa entender-se a si própria, o contexto em que está inserida e o impacto desse na vida de cada uma, ao ponto de provocar as mudanças necessárias e alcance dos objetivos pessoais e coletivos.

Nesta perspectiva, os esforços empreendidos pelo Fórum Econômico Mundial, 2005 em construir o documento “Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero” para avaliar as desigualdades de gênero, merece destaque especialmente porque esse estudo foi realizado no mesmo ano em que a Conferência de Pequim comemorava o seu décimo aniversário, renovando o seu empenho para o empoderamento das mulheres, ao mesmo tempo em que aponta cinco dimensões importantes para avaliação, considerando os padrões de desigualdades entre homens e mulheres: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; avanço educacional; saúde e bem-estar. Segue abaixo uma descrição resumida das cinco dimensões analisadas. (UNIFEM, 2005)

A participação econômica de mulheres, sua presença no mercado de trabalho em termos quantitativos. *A oportunidade econômica*, diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres. *O empoderamento político*, diz respeito não só à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. *Avanço Educacional* é o requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. *Saúde e bem-estar*, significa ter acesso a nutrição adequada, cuidados de saúde, facilidades reprodutivas e as questões de segurança indispensáveis à integridade pessoal. (UNIFEM, 2005)

Os projetos voltados à igualdade de gênero ganham visibilidade nesse sentido quando buscam eliminar os fatores que geram a opressão e a exploração das mulheres e por permitirem mudança na autoestima das mulheres participantes e tem um efeito positivo incontestável para desencadear outras transformações nas suas vidas, de suas famílias e comunidades. Novellino (2004, p.15) acredita nisso quando “acredita na transformação da condição da mulher não tanto

pelas leis, mas pela mobilização política, pela conscientização e pela educação, pois o empoderamento deve ser um processo de baixo para cima”.

Numa perspectiva emancipatória, empoderar é

O processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. Como o acesso a esses recursos normalmente não é automático, ações estratégicas mais ou menos coordenadas são necessárias para sua obtenção. Ademais, como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os referidos recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p. 486)

A educação tem papel essencial na transformação da sociedade, é o ponto chave para fornecer aos indivíduos uma formação política. Por isso, uma perspectiva emancipatória da educação e do trabalho deve ser pensada para desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade e promover a justiça e a solidariedade, fundada na ética, e respeitando a dignidade e a autonomia do educando. (GADOTTI, 2012)

Por isso, é fundamental que ela seja pensada nessa perspectiva emancipatória e não mercantilista, voltada para o mercado. “Queremos educar para o trabalho, sem dúvida nenhuma, mas também temos que educar para sermos governantes de nossas vidas”, afirmou. E fez, ainda, a ressalva de que trabalho não é sinônimo de emprego: “Trabalho é tudo o que fazemos para melhorar nossas vidas e, nesse sentido, ele é emancipatório”. (FÓRUM, 2012, p.1)

Estas falas foram retiradas da entrevista de Gadotti, proferida no Fórum de Educação Profissional, em 2012, onde ele defende a educação e o trabalho sob a perspectiva de desenvolver o indivíduo para ser o autor de sua vida, de sua história e de prepará-lo para exercer a sua autonomia social, econômica, política etc.

Nessa perspectiva, os institutos federais são capazes de construir um ambiente institucional favorável para que ocorra o entrosamento com a comunidade, que dialogue ao ponto de criar um clima de confiança mútua, necessária para trazer a comunidade para dentro dos institutos e

desenvolver projetos e programas de fortalecimento para promover a inclusão social.

No mesmo contexto, o Programa Mulheres Mil nos institutos busca primeiramente o fortalecimento da mulher pelo resgate a sua autoestima e conscientização quanto ao poder de modificar as suas vidas e de suas famílias. Construir laços com a comunidade do entorno favorece o poder de influenciar positivamente a vida das mulheres a saírem da letargia, da vida de acomodação e falta de perspectiva em que se encontram e lutar por seus sonhos, suas aspirações e voltar a pensar em novas possibilidades para suas vidas.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

3.1 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA)

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil completaram em 29 de setembro de 2009, 100 anos de ensino técnico e profissional. Sua história se inicia, quando o então Presidente na época, Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes Artífices, que mais tarde dariam início a Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) e o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC), que ao longo dos anos fundiram-se e deram origem os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), hoje Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estabelecendo as suas finalidades, dentre outras:

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão[...] Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (BRASIL, 2008)

Fazem parte desta rede as instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ, e de Minas Gerais – CEFET-MG e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Para o Estado da Bahia, a referida lei criou dois Institutos Federais: o Instituto Federal da Bahia- IFBA, antigo CEFET-BA; e o Instituto Federal Baiano, que integra todas as Escolas Agrotécnicas Federais do Estado.

De acordo com o art. 2, os Institutos Federais são:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

Vale ressaltar a complexidade neste novo modelo de educação profissional e tecnológica, onde é preciso articular os vários níveis e modalidades de ensino: superior, básico e profissional, promovendo uma organização pedagógica pluricurricular de estrutura multicampi. Neste sentido o IFBA é equiparado às universidades federais.

Essa nova concepção que perpassa com a criação dos Institutos Federais e conseqüentemente da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica traz consigo a necessidade de equiparação com os princípios norteadores das universidades, principalmente no que diz respeito as atividades de extensão universitária, pois é através da extensão que as universidades desempenham a sua função social, apresentando-se como instrumento de inserção social para aproximar a academia da comunidade em que atuam.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (ENCONTRO, 1987, p.11)

A Rede Federal, por participar efetivamente do FORPROEXT (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas), foi responsável pela Institucionalização do “Projeto Mulheres Mil”, cuja metodologia foi adequada à realidade brasileira e incorporada pelo Programa Nacional de Combate à pobreza extrema para a questão de gênero.

Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação entregou à população as 214 escolas previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional, com outras 208 novas escolas previstas para serem entregues até o final de 2014. A partir do momento em que se deu a expansão os programas do governo passaram a contar com a participação dos Institutos Federais, especificamente dos servidores para sua concretização. Eis alguns deles:

- **Pronatec** - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

- **Programa Mulheres Mil** – com o objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, mulheres em situação de vulnerabilidade social têm acesso à educação profissional, ao emprego e renda.
- **Profucionário** - programa que visa à formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola.
- **PROEJA** - tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.

Dentre os programas do governo citados, o Programa Mulheres Mil se destaca dos demais por fazer recorte de gênero, pois as mulheres são particularmente afetadas através das desigualdades na sociedade.

Especificamente, o Programa Mulheres Mil contribuiu para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e aprovada por 191 países. Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

Evidenciando assim, a necessidade de se estabelecer Políticas Públicas de longo prazo, de forma ininterrupta que interliguem a educação profissional, a construção da cidadania e a valorização dos sujeitos, considerando que a sociedade brasileira é composta por um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

3.2 PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL

3.2.1 Histórico

O objetivo principal do Projeto Mulheres Mil é “promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas no Nordeste e Norte do Brasil, permitindo-lhes melhorar o seu potencial de mão de obra, suas vidas e a vida de suas famílias e comunidades”. (BRASIL, 2012). O projeto foi criado visando atender a população das regiões mais carentes do Brasil, concentrando os seus esforços na redução da pobreza.

O “Projeto Mulheres Mil” foi desenvolvido inicialmente como projeto piloto, em 13 estados da região norte e nordeste (Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco,

Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Palmas) pelos antigos CEFET's e Escola Técnica Federal de Palmas e por meio de uma parceria com a Associação dos Colleges Comunitários Canadenses (ACCC) e com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) no Brasil de 2000 a 2005. As metodologias usadas no Canadá foram repassadas para os CEFET's e adaptadas às realidades das alunas brasileiras.

O Niagara College (Faculdade no sul de Ontário, Canadá) em parceria com o CEFET RN em Natal entre 2005/2006 introduziu práticas, ferramentas e técnicas ARAP (Avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia) para cinco CEFET's no Norte e Nordeste do país, para identificar os objetivos educacionais, os conhecimentos e habilidades da população-alvo, onde essa aprendizagem é avaliada e reconhecida por educadores ou empregadores.

Em fevereiro de 2006 eles apresentaram o resultado desta experiência com os cinco CEFET's na reunião da REDENET (Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica). Assim, a SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) e a REDENET esboçaram uma proposta maior e apresentaram a ACCC e Niagara College, que serviu de estímulo a proposta atual.

Assim, O Programa Mulheres Mil foi implementado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET), Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, Conselho Nacional de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONCEFET) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Sua execução ocorreu em sistema de cooperação entre os governos brasileiro e canadense, este representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI) e a Associação do Colleges Comunitários do Canadá (ACCC).

Além da profissionalização das mulheres, o projeto sistematiza as metodologias e os saberes desenvolvidos pelos 13 subprojetos no decorrer do período piloto, de 2007 a 2010. Ao final, o projeto se transformou em política pública integrante do Programa Brasil Sem Miséria do governo federal, e foi implementado nos campi da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O projeto foi estimado para um período de quatro anos, mas o resultado positivo da experiência nos 13 estados brasileiros transformou-se em “Programa Nacional Mulheres Mil”, foi expandido para todo o território nacional e instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de

julho de 2011, estruturado em torno dos eixos Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Também está inserido no Plano Brasil Sem Miséria, com as seguintes diretrizes: “Possibilitar o acesso à educação; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero; combater a violência contra a mulher”. (BRASIL, 2011). A meta do programa é expandir a iniciativa para todo o território nacional.

Os Institutos Federais (IF's) contaram com a participação dos professores e servidores, cuja participação voluntária foi essencial no acolhimento, na assistência e para ministrar aulas às alunas, além de diversas parcerias imprescindíveis à execução do projeto.

Contudo, para a implantação do programa em cada campus era necessário, primeiramente atender à convocação da chamada pública, pelo MEC/SETEC por meio de indicação da Reitoria de cada instituto federal, que através dos diretores dos campi apresentavam propostas de adesão ao Programa. A aprovação dos projetos selecionados obedecia alguns critérios para adesão e seleção dos campi.

Depois de selecionados os campi, cada diretor indicava dois servidores que seriam responsáveis por gerir o programa no campus. Esses servidores participavam da Oficina de Formação na Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil, em Brasília. O diretor também ficou responsável por convidar servidores que atendessem ao perfil exigido na chamada pública.

Perfil e características dos gestores a serem observados pelos institutos federais:

- a) Identificação com programas, projetos e ações afirmativas, inclusivas e de equidade.
- b) Interesse no desenvolvimento de trabalhos e ações relacionados à temática gênero.
- c) Liderança e respeitabilidade no âmbito institucional e comunitário.
- d) Capacidade de estabelecer, incentivar e desenvolver o trabalho solidário, cooperado, integrado e em rede.
- e) Capacidade de gestão.
- f) Disponibilidade de carga horária mínima de 10 horas semanais.
- g) Profissionalismo no tratamento das situações e problemas.
- h) Criatividade e ações inovadoras.
- i) Abertura ao novo e ao desafiador.
- j) Visão prospectiva na definição dos objetivos e metas. (BRASIL, 2012)

Percebe-se que o MEC/SETEC não procura simplesmente um servidor para implantar o

programa em seu campus, mas que seja um gestor compromissado, capaz de se envolver totalmente e ao mesmo tempo consiga influenciar outros servidores da instituição para desenvolver um programa com uma temática tão importante como essa. Principalmente por se tratar de um programa que disponibilizava R\$ 100.000, 00 em recursos para implantação do programa em cada campus selecionado, para despesas com auxílio financeiro as estudantes, material de consumo, equipamentos e material permanente, mas que não dispunha inicialmente, de recursos para pagamento de pessoal de apoio e de docentes.

Na tentativa de resolver a questão financeira, das despesas referentes a pagamento de pessoal, no início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

O Pronatec/BSM Mulheres Mil é realizado por meio da mesma rede de atores envolvidos com o Pronatec/BSM. Essa rede conta com as instituições da Rede Federal como parceiros ofertantes e os estados e municípios como parceiros demandantes. Há ainda a articulação entre a Rede Socioassistencial (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centros Pop, dentre outros).

3.2.2 Objetivos Do Programa Mulheres Mil

O programa é desenvolvido baseado nos seguintes objetivos:

- a) Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b) Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional;
- c) Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação de escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;
- d) Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade;
- e) Estruturar e implantar o Observatório do Mulheres Mil;
- f) Estabelecer uma Rede de Intercâmbio de Experiências, de Informação e de Disseminação;
- g) Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo Programa.

- h) Capacitar técnica e pedagogicamente equipes multidisciplinares integrantes do Programa no domínio da Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil;
- i) Acompanhar, monitorar e avaliar o Programa por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC);
- j) Desenvolver e implantar o Selo de Certificação da Metodologia Mulheres Mil. (BRASIL, 2011, p.9)

O programa busca integrar as ações para atender as demandas da população e pela construção de novas possibilidades e estratégias de inclusão social. Propõe-se a identificar o perfil socioeconômico em situação de vulnerabilidade, oferecer o suporte e apoio socioassistencial as mulheres e promover ações de inserção socioprofissional. Ele foi pensado para o atendimento as necessidades das educandas em sua totalidade, visando minimizar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para mudar as suas vidas, de suas famílias e comunidades.

Dentre as ações empreendidas está o apoio considerável do sistema educacional, neste caso, dos institutos, proporcionando o acesso à educação e capacitação visando à melhoria na vida das mulheres. Essas ações contribuem para o fortalecimento da educação profissional e tecnológica desenvolvida nos institutos, pois já integra à formação acadêmica a preparação para o trabalho, além das possibilidades da educação continuada.

Nesse sentido foi desenvolvida a metodologia Sistema de acesso, permanência e êxito:

O sistema de acesso envolve a aproximação e o diálogo com a comunidade na tentativa de identificar as suas necessidades, ao mesmo tempo propiciar uma maior visibilidade e possibilidades a essa parcela da população que muitas vezes sequer chegou a entrar e conhecer a estrutura dos institutos.

São objetivos do Sistema Acesso:

- a) Ser instrumento de diálogo com a comunidade, permitindo o ingresso, de modo acolhedor e personalizado, da população feminina em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional e tecnológica.
- b) Agregar valor ao processo de ingresso, reconhecendo a aprendizagem prévia das mulheres, respeitando sua trajetória de vida e sua construção social.
- c) Contribuir com o desenvolvimento da competência institucional na aplicação de metodologias, instrumentos e currículos que materializem os

- processos de inclusão e permanência das populações historicamente excluídas do sistema educacional e do mundo do trabalho.
- d) Fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho.
 - e) Estabelecer diálogos e parcerias com o mundo do trabalho para possibilitar o ingresso e a permanência das educandas nos seus empregos e empreendimentos. (BRASIL, 2012, p. 5)

Dessa forma, inseri-las no ambiente educacional, estimulando o seu ingresso nos institutos e permanecer em um programa de capacitação, além de respeitar as experiências adquiridas ao longo da vida são cruciais para a participação das mulheres no processo de formação e conseqüentemente, na elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho.

Assim, os institutos precisam desenvolver a infraestrutura adequada, garantir o Sistema de Acesso e Permanência com Êxito para atender as mulheres em situação de extrema pobreza e contribuir na conquista delas por melhores empregos ou avançar nos estudos.

O quadro abaixo descreve a estrutura e suporte necessários à concretização do Sistema de Acesso:

- Constituição e qualificação de uma Equipe Multidisciplinar que compreenda os conceitos, princípios e valores intrínsecos do Programa Mulheres Mil;
- Instalação do Escritório de Acesso nas suas especificidades e Estruturação do Serviço;
- Instituto Federal na Comunidade.

ESTRUTURA E SUPORTE	OBJETIVOS
<p>Constituição e qualificação de uma Equipe Multidisciplinar Conjunto de servidores/as, profissionais especialistas e parceiros que em trabalho articulado, colaborativo e solidário, viabilizarão as ações do Programa junto à comunidade interna e externa. A composição da Equipe Multidisciplinar segue uma estrutura básica formada por educadores e especialistas: Gestor do Programa; Orientação Educacional e Pedagogo; Docentes das áreas do conhecimento exigidas para desenvolvimento do Programa; Assistente Social e Psicólogo; Médico e Odontólogo; Educador especialista em emprego e empreendedorismo; Educador especialista em pesquisa e inovação; Técnicos-administrativos; Comunicador; Educador especialista para a aplicação da metodologia Mulheres Mil e seus instrumentos.</p>	<p>Viabilizar as várias etapas de estruturação e implementação do Programa; Atender às especificidades das mulheres integrantes do Programa, tais como: aspectos educacionais, culturais, psicossociais e relativos à saúde das mulheres, encaminhando-as para os setores específicos de atendimento; Integrar o Programa aos diversos setores, estruturas e serviços da instituição; Aplicar o conceito de indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão em todo o processo que constitui o Programa; Sensibilizar e agregar novos parceiros e colaboradores (na comunidade interna e externa) para integrar ao esforço coletivo do Programa; Monitorar sistematicamente as comunidades integrantes do Programa.</p>
<p>Instalação do Escritório de Acesso Espaço institucional de referência no desenvolvimento dos serviços de acesso, permanência e êxito das mulheres no Programa. É um espaço de troca de experiências, de construção e de fortalecimento de vínculos e de relações. É um espaço estruturado para: receber, acolher, orientar.</p>	<p>Ser referência e suporte para a equipe multidisciplinar, parceiros, mulheres atendidas e demais envolvidas no Programa. Ser um espaço de boas-vindas, acolhimento, orientação, aconselhamento e acompanhamento das mulheres. Conectar e articular com os diversos setores da instituição, com os parceiros e o mundo do trabalho, visando o alcance dos objetivos do Programa. Ofertar e disponibilizar o conjunto de informações referentes aos serviços existentes, tais como: formas de ingresso, programas e serviços educacionais, programas de assistência estudantil (médico, odontológico, alimentar, etc), apoio psicossocial, informações de suporte ao emprego e empreendedorismo, etc. Gerenciar recursos e materiais integrantes do plano de trabalho do Programa necessários à viabilização do atendimento dos objetivos previstos, tais como: transporte, bolsas, alimentação, material didático, etc.</p>
<p>Instituto Federal na Comunidade É o grande articulador e integrador de uma rede de ensino, pesquisa, documentação e informações de referência sobre as diversas dimensões e dinâmicas locais. É o Observatório de políticas públicas e do universo social, econômico, geográfico, educacional, cultural, científico e tecnológico de seu entorno, mediante conhecimento das comunidades e grupos sociais existentes em seu território. Apresentação da instituição às comunidades selecionadas por meio de um conjunto de ações, dentre elas: visitas e diálogos com: Associações de bairro; clubes de mães; entidades de classe ONGs; organismos de governos municipais, estaduais e federais.</p>	<p>É o grande articulador e integrador de uma rede de ensino, pesquisa, documentação e informações de referência que promove, desenvolve e consolida a reflexão e compreensão de forma atualizada, permanente e contextualizada sobre as diversas dimensões e dinâmicas do território/comunidade. Se articula como um observatório de políticas públicas e do universo social, econômico, geográfico, educacional, cultural, científico e tecnológico de seu entorno. Deve ter a leitura e compreensão das Comunidades e Grupos Sociais existentes em seu território e suas diversas caracterizações social, econômica, política, educacional, cultural e tecnológica.</p>

Fonte: adaptado de BRASIL (2012, 6-7)

Nessa perspectiva, todas as formas de apoio: constituição de uma equipe multidisciplinar qualificada, instalação do escritório de acesso para receber, acolher e orientar as educandas dentre outras citadas contribuem significativamente para o alcance dos objetivos estabelecidos. No entanto, é necessário que toda a estrutura e suporte descrito para o Sistema de Acesso esteja devidamente implementado.

A questão da constituição da equipe multidisciplinar foi um dos maiores problemas enfrentados na implementação do programa. Primeiramente por conta do voluntariado, imprescindível sensibilizar a comunidade interna do instituto para absorver o esforço coletivo do programa, uma dificuldade muito grande em realizar o envolvimento de todos para atingir os objetivos propostos por questões ideológicas, políticas etc. A maioria dos campi não obtiveram êxito.

Por outro lado, após inserção do programa no Pronatec a situação piorou, os recursos precisavam ser geridos para dar conta de todo o pessoal administrativo, equipe gestora e docentes. A falta de experiência da equipe gestora e apoio do SETEC/MEC também contribuiu para que aumentem estas dificuldades. Necessário definir a participação de profissionais como: Pedagogo, Assistente Social, Psicólogo, Médico e outros especialistas na instituição, haja vista momentos esporádicos de atendimento.

O Sistema Permanência e Êxito envolve ações direcionadas ao atendimento às educandas e que permitam o seu desenvolvimento, de suas famílias e de suas comunidades.

É visível nesse momento a importância da Equipe Multidisciplinar para prover a articulação, integração e utilização dos serviços de suporte e apoio que possibilite ampliar e melhorar o atendimento as necessidades sociais, educacionais e profissionais das educandas atendidas pelo programa.

São objetivos do Sistema Permanência e Êxito

- a) Facilitar a permanência da população alvo, minimizando as possibilidades de baixo rendimento e/ou desistência.
- b) Propiciar um ambiente amigável e acolhedor que aumente as chances de desempenho e de êxito das alunas.
- c) Dar suporte, em forma de serviços e espaços, as mulheres alunas do programa para que elas resgatem sua segurança e sintam confiança na equipe multidisciplinar e na instituição.
- d) Aconselhamento contínuo, por meio dos serviços de assistência e apoio a educanda.
- e) Orientar para superação das dificuldades inerentes ao processo de inclusão e permanência na instituição e no mundo do trabalho;

- f) Cuidar para que o ambiente e as pessoas acolham e respeitem as mulheres do programa, aumentando assim a sua autoestima.
- g) Capacitar as educandas para a compreensão e o exercício da economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo.
- h) Qualificar as educandas quanto à postura profissional requerida no mundo do trabalho;
- i) Viabilizar e firmar parcerias com instituições públicas e privadas para possibilitar a inserção das egressas no mundo de trabalho;
- j) Acompanhar e monitorar as educandas nos estágios e no desempenho profissional, de modo a agir sempre que necessário para preservar e melhorar sua posição no mundo do trabalho. (BRASIL, 2012, p. 26-27)

Os Serviços de assistência e apoio às educandas previstos são: Psicologia e Assistência Social; Assistência Médico-Odontológica; Bolsas de Transporte e Alimentação; Aulas na comunidade; Assistência Estudantil: creche, material didático e uniforme; Apoio à aprendizagem e pesquisa; Aconselhamento, assistência e orientação ao emprego; Empreendedorismo, cooperativismo popular e ações solidárias; Incubação tecnológica; Unidades de produção; Centro de negócios e comercialização; Observatório.

A composição efetiva da equipe multidisciplinar é condição fundamental para o bom andamento do programa, pois os gestores não conseguem sozinhos dar conta, nem possuem o suporte necessário para atender as demandas exigidas pela Metodologia do Programa.

Percebe-se que as ações de permanência e êxito somente serão viabilizadas mediante acompanhamento sistemático, articulado e integrado da equipe multidisciplinar para o apoio necessário a mulheres com problemas de analfabetismo, educação deficiente, histórico de emprego de baixo nível e/ou informal, baixa autoestima e a constante realidade da pobreza.

3.2.3 O Programa Mulheres Mil como Política Pública Social de Inclusão e Gênero?

O governo brasileiro ao longo dos anos tem investido em programas de inclusão social e econômico, mas o diferencial do Programa Mulheres Mil dos demais além do recorte de gênero é a competência dos institutos em educação e capacitação profissional desenvolvido pelos institutos, principalmente a partir de sua consolidação com a lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que criou os institutos e reafirmou o seu compromisso com a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuar nos diversos setores da economia, visando o

desenvolvimento da comunidade onde estão inseridos, além de estimular o cooperativismo, o associativismo e ao empreendedorismo.

Diante desse cenário de ações do MEC, dos institutos e das mulheres atendidas pelo programa tem-se a expectativa de possibilitar a inclusão social e econômica, por meio da oferta de formação focada na autonomia, na emancipação e no empoderamento pelo acesso a educação e ao mundo do trabalho e da criação de alternativas com estímulo ao empreendedorismo, a economia solidária e a empregabilidade.

É preciso, antes de tudo, torna-las cidadãs ativas, cientes de seus direitos e capacidades para construir um novo caminho para suas vidas, conquistando mais espaço na sociedade e na comunidade onde estão inseridas. Assim, a participação ativa dessas mulheres individualmente ou em grupos organizados é de vital importância para reivindicar seus direitos sociais, econômicos etc.

Para tanto, as disciplinas dos cursos de formação tratam de temas transversais como: direitos da mulher, saúde da mulher, formação política, relações interpessoais, empreendedorismo, dentre outras disciplinas básicas como: matemática, português etc que as ajudam a superar as barreiras educacionais.

O programa pretende ainda lutar para transformar o papel tradicional de mães e cuidadoras do lar, estimular a mobilização das próprias mulheres em prol de ações voltadas para o seu fortalecimento, romper com sua condição de dependência e de subordinação reduzindo as desigualdades com o acesso a serviços de saúde, educação etc, e ampliar sua participação sua participação política local e regional.

É no ambiente dos institutos que as mulheres que interromperam suas trajetórias escolares, poderão dar continuidade aos estudos ou serão viabilizados por este, e estão diante de uma nova perspectiva de vida de identificar seus objetivos educacionais e profissionais e encontrar a melhor solução para atender aos seus objetivos. É responsável por estimular, oferecer as condições que facilitem o empoderamento, a autonomia das mulheres do programa na superação da exclusão social, política e econômica.

Por sua vez, a instituição é capaz de criar os espaços adequados para que esta parcela excluída da população participe das decisões que fazem parte do seu cotidiano, que sejam capazes de

propor e reivindicar, enfim participar e influenciar na vida política e social da região onde moram.

O Guia Metodológico do Programa abarca as suas diretrizes desde a forma de acesso, a permanência e êxito do alunado não tradicional nas dependências dos institutos, deixando a cargo da instituição, especificamente, dos servidores técnicos administrativos e docentes, a sua concretização.

Nesse cenário proposto pelo MEC/SETEC, houve no âmbito dos institutos uma alteração muito grande nos sentidos das atribuições da instituição e dos profissionais da educação. A participação era feita a partir de critérios de seleção, pela equipe do MEC e, quando selecionada e aderida ao Programa, a instituição comprometia-se a desenvolvê-lo sem a contratação de profissionais, eram totalmente voluntários para desempenhar as ações propostas.

Inicialmente, os institutos se mostraram dispostos a assumir a responsabilidade de conduzir o projeto, afinal de contas a comunidade na qual eles normalmente estão inseridos é permeada por grandes desigualdades sociais, e contribuir para a sua melhoria é responsabilidade de todos enquanto cidadãos, principalmente o corpo docente e técnico administrativo, seguido de alunos e pais e a própria comunidade.

Desse modo, visualiza-se claramente as dificuldades que permeiam esse programa. Como os servidores conseguem conciliar as atividades desenvolvidas nos institutos e o atendimento as necessidades das educandas? Uma atenção especial dado o contexto histórico de extrema pobreza, drogas, violência doméstica, psicológica etc, e as necessidades básicas de atenção à saúde, educação dentre outras.

Imagina-se também a dificuldade de outros servidores que se propuseram realizar cursos em presídios femininos. As atribuições que o governo federal impôs à rede federal de desenvolver o programa conciliando as atividades profissionais com a gestão do programa precariza à estruturação do programa.

É um programa bem elaborado à medida que promove o acesso e continuidade em sua proposta de acompanhamento e apoio a permanência das educandas em um ambiente propício a torná-las protagonistas de sua história, mas complexo em sua implementação e execução. Realmente é uma proposta inovadora, mas traz consigo muita dedicação e empenho e

questionamentos: Qual a perspectiva destas mulheres a curto, médio e longo prazo? O programa enquanto política pública social consegue efetivamente realizar-se dentro de uma perspectiva de inclusão e gênero, diante de tantas dificuldades estruturais?

CAPÍTULO IV - PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Analisando a importância que os documentos desempenham nesta pesquisa, foram realizadas buscas sistemáticas por peças relevantes a análise do Programa Nacional Mulheres Mil no IFBA, bem como informações retiradas de livros, artigos, monografias, documentos institucionais do MEC e do SETEC relacionadas à temática deste estudo. Além de pesquisa de campo mediante entrevista.

Dado o grau de aprofundamento em relação ao objeto de estudo, bem como em termos de precisão de métodos utilizados, caracteriza-se esta pesquisa como exploratória, através do desenvolvimento da revisão de literatura que oferece subsídios à pesquisa de campo e ao estudo de caso.

O maior benefício da pesquisa exploratória encontra-se na aproximação do pesquisador com o assunto ou problema do estudo. Por essa razão realizou-se revisão bibliográfica para fundamentar teoricamente a pesquisa.

Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 185) a pesquisa bibliográfica abrange:

Toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Segundo as autoras a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi registrado em meios diversos sobre determinado assunto.

A análise dos dados documentais e bibliográficos foi de natureza qualitativa, haja vista, que esta pesquisa se caracteriza como um estudo teórico, pois reflete sobre bibliografia pertinente e complementada com a realização de uma pesquisa de campo, que propõe focar o ambiente real de estudo, no qual destaca a experiência que o IFBA realiza na atualidade e o desafio de desenvolver as ações necessárias que permitam ampliar as oportunidades de acesso e permanência com êxito das educandas no Programa Mulheres Mil.

Desse modo, na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural,

constituindo o investigador o instrumento principal. A recolha dos dados em situação e complementadas pelas informações obtidas através do contato direto, onde o investigador revisa os materiais registrados e os locais de estudo por se preocuparem com o contexto, pois entendem que as ações podem ser melhor compreendidas no contexto da história das instituições a que pertencem. (BOGDAN, 1994)

A abordagem qualitativa da pesquisa permite uma melhor compreensão do significado subjetivo das questões a partir das perspectivas dos participantes.

A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida [...].
[...] A mudança social acelerada e a conseqüente diversificação das esferas de vida, fazem com que, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais. A análise dos significados subjetivos da experiência e da prática cotidianas mostra-se tão essencial quanto a contemplação das narrativas e dos discursos. (FLICK, 2009, p.20-21)

A estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa qualitativa foi o estudo de caso por permitir uma investigação mais relevante no sentido de proporcionar uma visão mais clara de fenômenos pouco conhecidos e serve de base para estudos com propósitos exploratórios e explicativos. Para Yin (2001, p.32) “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Na pesquisa em educação, Ludke (1986) afirma que o estudo de caso permite interpretar os variados pontos de vista e que, no momento em que “o objeto ou situação estudados podem suscitar opiniões divergentes, o pesquisador vai procurar trazer para o estudo essa divergência de opiniões, revelando ainda o seu próprio ponto de vista sobre a questão”. Ludke (1986, p.20)

Dessa maneira, esta pesquisa pode contribuir para fins práticos, visando à solução dos problemas encontrados na realidade, que, no caso desta pesquisa, referem-se aos desafios à implantação do Programa Mulheres Mil nos campi do IFBA.

4.2 OBJETO EMPÍRICO: GESTORES

Inicialmente a amostra da pesquisa estava prevista para ser realizada em 6 (seis) campi que aderiram ao programa em 2011. São eles: Salvador, Seabra, Paulo Afonso, Irecê, Valença e

Ilhéus. A razão para a escolha destes campi e dos sujeitos recai em razão do seu papel e pelo fato de que eles já desenvolviam o Programa, se encontravam em pleno funcionamento e podiam trazer muitas contribuições.

São 4 (quatro) campi que participaram da pesquisa: Salvador, Paulo Afonso, Valença e Ilhéus. Os sujeitos da pesquisa são constituídos pelos gestores que implantaram o programa em seus respectivos campi e estão representados por 3 (três) em Salvador e 1 (um) em cada campi restante. Totalizando 6 (seis) gestores, sendo um destes o gestor institucional, responsável pela formação e assistência na estruturação e implementação do programa.

Os gestores, a equipe multidisciplinar e os docentes do programa desempenhavam a sua função, até 2013 de maneira totalmente voluntária, ou seja, nenhum dos colaboradores recebia recursos em dinheiro. O programa disponibilizava nesse período R\$ 100.000,00 apenas para gastos com materiais para consumo, pagamento da bolsa formação e estruturação do escritório de acesso às mulheres atendidas pelo programa. Desde a sua concepção em 2005 defendia o voluntariado como princípio fundamental para a continuidade.

Do início da pesquisa em 2013 até os dias atuais o programa sofreu muitas alterações. No início de 2014, deixa de ser voluntário, o que vai de encontro ao idealizado pela maioria. A inserção do Programa ao Pronatec trouxe uma insegurança.

A pesquisa de campo foi iniciada em dezembro de 2014, momento de muita incerteza na política brasileira. Acredito que muitas respostas sofreram influência de todo esse contexto vivenciado pelos gestores, principalmente por aqueles que não se interessaram em responder ou perderam o entusiasmo na proposta do programa. Há ainda aqueles que não fazem mais parte do programa. Foram realizadas várias tentativas para recolher os dados referentes às entrevistas com os gestores dos campi, contatos por e-mail, telefone.

4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se como recurso para produção de dados a análise documental e o roteiro para a entrevista com perguntas abertas direcionadas aos gestores, haja vista a sua possibilidade de adaptações no sentido de compreender melhor o discurso dos entrevistados.

Para Gil (2009) a entrevista é uma das mais importantes técnicas utilizadas nas ciências sociais, com algumas vantagens: “Dá segurança ao entrevistador, já que este terá sempre uma questão a propor; contribui para obter dados conforme os objetivos definidos, evitando as digressões; e possibilita estabelecer comparações com outras entrevistas”. (GIL, 2009, p. 64).

A escolha deste tipo de procedimento permite compreender as opiniões dos gestores e acrescentar informações importantes ao objeto de estudo, com o objetivo de compreender melhor as dificuldades na implantação de um programa com enfoque em gênero e o que os sujeitos pensam sobre as políticas públicas sociais para mulheres em situação de vulnerabilidade.

4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Quanto aos procedimentos adotados na análise de dados, esta pesquisa procurou focar os dados obtidos mediante opiniões, percepções e significados que os sujeitos expressam nas entrevistas, apresentando a análise de conteúdo como uma das formas possíveis de tratamento de dados na pesquisa.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p.48)

Ferreira (2003), a partir da abordagem de Bardin, relaciona as possibilidades de uso da análise de conteúdo:

A análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real. Aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos ou escrito em jornais, livros, textos ou panfletos, como também a imagens de filmes, desenhos, pinturas, cartazes, televisão e toda comunicação não verbal: gestos, posturas, comportamentos e outras expressões culturais.

A análise dos dados da pesquisa de campo é feita na convergência das perguntas do instrumento de pesquisa com os objetivos do estudo e os teóricos que permearam a pesquisa.

Para tanto, os dados foram organizados em categorias temáticas, conforme Bardin (2011) a fim de facilitar a interpretação da análise. Desse modo, as categorias delineadas foram:

PERFIL PROFISSIONAL DOS GESTORES	Dos 6 (seis) gestores pesquisados, 3 (três) são servidores técnicos administrativo e 3 (três) são docentes.
POSSIBILIDADES DO PROGRAMA MULHERES MIL	<p>Combate às desigualdades de gênero pelo Programa Mulheres Mil</p> <p>Avanços do Programa Mulheres Mil</p> <p>Importância de garantir o acesso à educação profissional às mulheres</p> <p>Empoderamento das mulheres após sua inserção no Programa Mulheres Mil</p>
LIMITES DO PROGRAMA MULHERES MIL	<p>Limites do programa mulheres mil</p> <p>Relação da instituição, gestores e o MEC/SETEC</p> <p>Formação da equipe multidisciplinar</p> <p>Capacitação dos gestores do Programa Mulheres Mil</p>
DESAFIOS DO PROGRAMA MULHERES MIL	<p>Impactos do Programa Mulheres Mil enquanto política pública social de inclusão e gênero</p> <p>Avaliação do Programa Mulheres Mil</p>

Para uma melhor compreensão das falas os entrevistados receberam codificação alfanumérica para terem suas identidades salvaguardadas, nomeados de Gestor 1 a Gestor 6, buscando inicialmente delinear o perfil destes profissionais.

CAPÍTULO V - RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

São muitos os desafios e as dificuldades que surgem ao longo do caminho de um programa tão complexo na sua estrutura funcional, o instrumental físico, psicológico, financeiro dentre outros que permeiam a Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil.

A seguir serão apresentados os resultados das entrevistas com propósito de responder ao objetivo da pesquisa: analisar, na visão do gestor, as possibilidades e os limites da gestão do Programa Mulheres Mil para o alcance do empoderamento da mulher através do acesso a educação profissional e ao mundo do trabalho.

5.1 PERFIL PROFISSIONAL DOS GESTORES

Dos 6 (seis) gestores pesquisados, 3 (três) são servidores técnicos administrativos, sendo 1 (um) assistente de aluno e 2 (dois) assistentes sociais. Além de 3 (três) docentes, sendo 1 (um) gestor institucional, da área de turismo, 1 (um) da área de nutrição e outro da área de história.

Todos desenvolvendo várias atividades dentro da instituição, com atribuições diárias seja como docente ou como técnico administrativo, de chefia e também no desenvolvimento de projetos de extensão. Atribuições inerentes aos servidores dos institutos em atender as novas demandas de ensino, pesquisa e extensão.

Em razão de sua vivência pessoal e profissional e por já possuírem um histórico de participação e contribuição em prol do desenvolvimento e crescimento da instituição, os gestores apontam os motivos que os levaram a atuar no programa:

Enquanto militante de movimentos sociais vi no Programa Mulheres Mil uma ferramenta de transformação interessante [...]. [...] com o Programa conseguimos dialogar com a comunidade do entorno do IFBA, já que a comunidade escolhida está inserida no mesmo bairro em que a instituição funciona. (GESTOR 1)

Afinidade com política de inclusão social e por acreditar no potencial da mulher e na mudança de cultura através do movimento de mulheres [...]. (GESTOR 2)

Atendi ao convite em função do meu projeto político-social de vida. Já havia desenvolvido atividades junto às mulheres e quando apareceu à oportunidade

de entrar para o Mulheres Mil não pensei duas vezes [...]. [...] a proposta pedagógica é encantadora e o impacto social do programa é algo concreto e perceptível a curto prazo. (GESTOR 3)

Recebi Convite da chefe de meu departamento para atuar no Projeto Mulheres Mil. (GESTOR 4)

Fui convidada pela Reitora da instituição para ministrar a disciplina Direitos da Mulher e Cidadania e fiquei encantada pelo programa. (GESTOR 5)

Eu acreditava que realmente era..., um emancipador e empoderamento para as mulheres [...]. GESTOR 6

Nota-se que, o Gestor 1 atende ao perfil e características requeridas para participar da gestão do programa quanto a sua “Identificação com programas, projetos e ações afirmativas, inclusivas e de equidade”. (BRASIL, 2012).

Em relação aos Gestores 2 e 3 atendem ao perfil e características requeridas para participar da gestão do programa quanto a seu “Interesse no desenvolvimento de trabalho e ações relacionadas à temática gênero”. (BRASIL, 2012).

No que concerne aos Gestores 4 e 5 atendem ao perfil e características requeridas para participar da gestão do programa quanto a “Liderança e respeitabilidade no âmbito institucional e comunitário”. (BRASIL, 2012).

Quanto ao Gestor 6 atende ao perfil e características requeridas para participar da gestão do programa quanto a “Abertura ao novo e ao desafiador”. (BRASIL, 2012). Não há indícios na sua fala de envolvimento anterior com a temática. Contudo, percebe-se que a maioria deles estão envolvidos com causas sociais.

5.2 POSSIBILIDADES DO PROGRAMA MULHERES MIL

5.2.1 Combate às desigualdades de gênero pelo Programa Mulheres Mil

Importante verificar a visão dos gestores sobre o combate as desigualdades de gênero através do acesso a educação e formação profissional e tecnológica no Programa Mulheres Mil.

Com relação às desigualdades de gênero, o Gestor 6 afirma em sua fala a forma como podem ser combatidas pelo programa:

[...] era com a informação, era com conhecimento. As mulheres que passaram a ter conhecimentos legais e de... históricos, que muitas, a grande maioria não conhecia e conhecendo todos esses conteúdos: a história do feminismo, a história das lutas femininas, a história da legislação, as novas legislações de gênero etc. [...]. [...] com esse conhecimento isso ia mudar a forma de ver dessas mulheres e elas começarem a ter ciência exatamente dessas questões de desigualdades de gênero e no seu dia a dia, na vida prática, começar a combater isso e a se impor enquanto mulher, no mínimo diante da sua família, diante do seu filho, de seu marido, do seu companheiro, o que assim o fosse [...]. (GESTOR 6)

Há uma contradição teórica entre a fala prática do Gestor 6 e a autora Novellino (2004, p.15) quando “acredita na transformação da condição da mulher não tanto pelas leis, mas pela mobilização política, pela conscientização e pela educação, pois o empoderamento deve ser um processo de baixo para cima”.

Corroborando com a autora acima Costa (2000) afirma que,

O movimento feminista tem procurado demonstrar que a mudança nas leis por si só não é suficiente para promover uma mudança nos comportamentos, nas mentalidades e na estrutura social. [...] as mulheres permaneceram subjugadas à estrutura patriarcal da sociedade.

Conclui-se que, o programa mesmo com as conquistas não há como combater a desigualdade social apenas com informação e com conhecimento, essa questão é muito mais complexa. Informação e conhecimento não são suficientes para mudar a mentalidade dessas mulheres. A mulher guarda em sua memória todo um histórico de inferioridade, de submissão e o curso em curto prazo não é suficiente para mudar a história dessa mulher. Pode ser o início do percurso, um novo caminhar para que possam expandir seus horizontes e romper as barreiras existentes.

Os gestores apontam em suas falas alguns resultados na vida das mulheres atendidas pelo programa:

[...] muitas delas voltaram a estudar e também incentivavam seus filhos e netos a darem mais importância aos estudos [...]. [...] foi extremamente importante para a visualização de como o cooperativismo e o empreendedorismo podem ajudar no desenvolvimento das atividades produtivas nas quais elas estão inseridas [...]. (GESTOR 1)

[...] mulheres participando das atividades públicas após curso [...]. [...] mulheres com vontade de voltar à escola [...]. [...] mulheres fazendo parte do IFBA (inclusão social) [...]. (GESTOR 2)

[...] vi mulheres que nem sabiam que o IFBA existia passarem a fazer outros cursos FIC e trazerem filhos, sobrinhos e outros familiares para estudar no IFBA [...]. (GESTOR 3)

Com relação a essas questões, a participação das mulheres nos programas de capacitação; a informação e o conhecimento adquirido no contato com as disciplinas básicas e as que tratam de temas transversais; o trabalho desenvolvido na instituição de resgate da autoestima e de conscientização promoveu uma maior inclusão, participação e retorno das mulheres ao estudo, mas há outros obstáculos que precisam ser vencidos, principalmente pela mulher e o programa em curto prazo não tem como garantir que os resultados sejam alcançados. Além disso, não garante a sua autonomia financeira nem tampouco proporciona um caráter de autogestão.

Segundo Bordenave (1983, p.32-33) a autogestão é o grau mais alto da participação, na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes sem referência a autoridade externa.

Com esse tipo de participação as mulheres passam a ter maior poder de decisão e consciência sobre seus atos, por meio de sua participação direta e coletiva no processo de tomada de decisão e nas diferentes instâncias do poder.

Percebe-se nas falas dos gestores a necessidade de preparar as mulheres para a participação, entretanto depende do Estado fornecer os subsídios para acontecer à autogestão. É toda uma complexidade posta para as mulheres que demanda tempo, experiência, capacitação e formação e o Estado pode contribuir efetivamente com ações de estímulo, apoio e promoção à autogestão.

5.2.2 Avanços do Programa Mulheres Mil

Reconhecendo, porém, que o objetivo principal do Programa Mulheres Mil é “Promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas do Nordeste e do Norte do Brasil, permitindo-lhes melhorar o seu potencial de mão de obra, sua vida e a vida de suas famílias e comunidades” (BRASIL, 2012) serão apontados nas falas dos gestores os pontos positivos e o que manteriam no programa:

[...] o programa Mulheres Mil é um uma importante ferramenta que buscando atrelar educação, cidadania e desenvolvimento sustentável consegue modificar a realidade da maioria das mulheres envolvidas, bem como seus familiares [...]. [...] a metodologia de “Acesso, Permanência e Êxito” é de extrema importância para o bom desenvolvimento do programa e busca garantir o sucesso do mesmo [...]. [...] ferramenta de transformação e inclusão social [...]. (GESTOR 1)

Política de fortalecimento de gênero. (GESTOR 2)

A proposta sociopedagógica. (GESTOR 3)

A resposta não atende. (GESTOR 4)

Alcança mulheres em situação de vulnerabilidade social, capacitando-as profissionalmente. (GESTOR 5)

E quando perguntados sobre o que manteriam no programa responderam:

A metodologia de Acesso, Permanência e Êxito e suas implicações. (GESTOR 1)

A estrutura organizacional da equipe local [...]. [...] manteria a autonomia inicial do programa quando ele foi lançado. (GESTOR 2)

A proposta. (GESTOR 3)

[...] as disciplinas básicas (Inclusão Digital, Saúde da Mulher, Direito da Mulher e Qualidade de Vida), pois colaboram para uma mudança no pensar e (re) agir diante da realidade vivenciada pelas participantes [...]. (GESTOR 4)

Não respondeu. (GESTOR 5)

Percebe-se na fala do Gestor 1 um distanciamento considerável em relação ao objetivo do programa em promover a inclusão socioeconômica das mulheres atendidas “consegue modificar a realidade da maioria das mulheres envolvidas, bem como seus familiares”. Esta fala não reduz sua importância, mas fortalece apenas o resultado do programa na vida das mulheres atendidas “Muitas delas voltaram a estudar e também incentivavam seus filhos e netos a darem mais importância aos estudos”.

De um modo geral, os gestores acreditam na metodologia de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil como política pública social de inclusão e gênero, mas nas suas falas não está explícito se ele consegue atingir seu objetivo de inclui-las socioeconomicamente.

Mas, quanto ao seu futuro, o que essas mulheres podem conseguir através do acesso a educação profissional para elas e suas famílias? O que pode se inferir das falas é que a participação delas no programa as torna aptas e preparadas para sua inserção profissional e que sua inclusão socioeconômica é a consequência disso. Contudo, incluir essa parcela da população é muito mais complicado do que isso, envolve um conjunto de ações de outras esferas para que elas tenham acesso aos seus direitos.

Em vista desta dimensão assumida pelo programa é um desafio e uma complexidade imensa de articulação para realizar parcerias e firmar convênios com órgãos públicos e privados, é algo a ser empreendido todo o tempo por conta de prover e ampliar a inclusão produtiva qualificada das mulheres com oportunidades de geração de renda que trarão benefícios para elas e suas famílias.

Como já foi dito anteriormente, os gestores elencados nesta pesquisa participam ativamente em seu campus de trabalho com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além de atividades externas, no qual afirmaram participar de algum tipo de movimento social (associação, entidade comunitária ou grupos de defesa a pessoas em situação de vulnerabilidade social) e que podem ser observadas nas falas dos 3 (três) que responderam sim:

Sim, faço parte de uma Organização Não governamental que desenvolve trabalhos em diversas áreas da cidade, faço parte do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e também participo do Conselho Municipal de Juventude. (GESTOR 1)

Sim. Conselho da Mulher Local e Conselho de Assistência Social do Município. (GESTOR 2)

Sim. Enquanto estive em Paulo Afonso, da Casa Espírita Joana de Angelis e da Rede Sócio Assistência de Mulheres em situação de Violência. (GESTOR 3)

Percebe-se que esses gestores possuem uma vasta experiência e no Programa Mulheres Mil, o que lhes permitiu analisar a política quanto à importância de garantir a continuidade de sua metodologia para obtenção dos resultados previstos nos seus objetivos. Pode-se inferir que por conta desse posicionamento ideológico haja certa predisposição para trabalhar em função de garantir que esses objetivos sejam alcançados.

Outro ponto positivo desta característica é a influencia positiva que esses gestores podem exercer na vida dessas mulheres, a disposição para auxiliá-las a desenvolver uma consciência crítica de que somente ampliar a renda familiar e garantir o acesso delas a saúde, educação,

enfim o atendimento as suas necessidades básicas não são suficientes para sua mudar a sua “condição”, ou seja, trazer mudanças significativas em suas vidas, famílias e comunidades.

Neste sentido Costa (2000, p.40) sinaliza a distinção entre condição e posição das mulheres na sociedade:

Condição é o estado material no qual se encontram as mulheres: sua pobreza, salário baixo, desnutrição, falta de acesso a saúde pública e a tecnologia moderna, educação e capacitação, sua excessiva carga de trabalho etc.
Posição é o status econômico, social e político das mulheres comparado com os dos homens, isto é, a forma como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens.

Para a autora é preciso modificar a sua “posição” na sociedade, ciente da importância de se organizar e mobilizar para obter acesso igual ao poder de decisão e reduzir a dominação masculina. Trata-se da necessidade de defender a execução de projetos de desenvolvimento social mais abrangentes, capazes de preparar as mulheres para participar mais ativamente e de forma mais igualitária em relação ao homem.

5.2.3 Importância de garantir o acesso à educação profissional às mulheres

Diante das transformações ocorridas na vida da mulher e dos novos desenhos na estrutura familiar há de se levar em conta a importância do acesso à educação profissional e se de fato esta garante o empoderamento. A seguir nas falas:

[...] a qualificação profissional dá as mulheres o fortalecimento dos conhecimentos já adquiridos ao longo da vida, possibilitando a inclusão e o empoderamento social. (GESTOR 1)

Fundamental não é garantir educação profissional e sim educação básica para adultos [...]. [...] a educação profissional exige especificidade que elas não têm como alcançar em 4 meses e cria desconforto pela falta de acesso ao mundo do trabalho, diante da falta do ensino básico. (GESTOR 2)

Promoção de uma transformação na sociedade de forma sutil e eficiente, contemplando quem por tantos séculos não tiveram oportunidade de educação [...] (GESTOR 4)

[...] resgate da dignidade das mulheres [...]. [...] muito importante, pois elas adquirem novas perspectivas de emprego e de vida [...] (GESTOR 5)

[...] dar uma formação a uma mulher que não tinha ou nenhuma escolaridade ou uma escolaridade mínima e que não tinha nenhum conhecimento técnico de alguma área que ela desejasse trabalhar [...]. [...] identificar dentro dos

próprios institutos outras áreas que tivesse interesse e aprofundar o estudo [...]. [...] aumentar a escolaridade dessas mulheres. (GESTOR 6)

Os gestores apontam alguns aspectos positivos do acesso à educação profissional as mulheres, sem apresentar resultados concretos na vida delas. Outra questão que não fica clara nas falas dos gestores é uma definição se após a conclusão dos cursos as mulheres obterão sua inserção no mundo do trabalho e melhoria de renda e qualidade de vida.

O Gestor 2 aponta uma questão fundamental, de é preciso integrar a formação profissional a educação básica para preencher as lacunas educacionais das mulheres, oferecendo condições para que elas possam dar continuidade nos estudos, elevar a sua escolaridade e obter a certificação formal, visto que somente a formação profissional não é suficiente, pois elas também precisam ter acesso a um processo de formação integral, capaz de formar a sua consciência crítica.

5.2.4 Empoderamento das mulheres após sua inserção no Programa Mulheres Mil

O empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação profissional e ao mundo do trabalho se constitui como um dos objetivos propostos na metodologia do programa, observado nas falas a seguir:

[...] muitas mulheres relatam que começaram a se ver como mulheres e que isso foi importante para elas conseguirem romper com as barreiras do machismo e da violência que muitas eram obrigadas a lidar [...]. (GESTOR 1)

[...] mudança nas atitudes e reflexões pessoais, elas cuidando do corpo e cobrando atuação dos postos de saúde [...]. [...] mulheres participando das atividades públicas após curso. (GESTOR 2)

Percebe-se nas falas que o Programa Mulheres Mil proporciona algum tipo de empoderamento, pelo resgate a autoestima e a conscientização quanto a sua potencialidade em construir a sua trajetória de vida. Na fala do Gestor 2 elas possuem uma consciência social dos seus direitos ao ponto de sentirem-se impulsionadas a participar dos espaços democráticos em uma relação mais direta com o poder local visando melhorar as suas condições de vida, de suas famílias e comunidades. Assim, Castro (2000, p. 42) contribui com esse pensamento quando afirma que “as mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais”. Dessa forma será possível desenvolver as habilidades

necessárias para alcançar as transformações sociais.

Além disso, nem todas as mulheres que passam pelo programa absorvem esta perspectiva para as suas vidas por diversos motivos alheios a sua vontade e o contexto no qual são construídos os cursos dificultam a sua execução.

Para algumas participantes o único objetivo em fazer parte do Programa foi à bolsa auxílio. (GESTOR 4)

Heterogeneidade das participantes quanto a: idade, escolaridade, demandas pessoais, disponibilidade para o curso, interesse pela formação profissional oferecida etc. (GESTOR 4)

Envolver todas as participantes, assim como assegurar a continuidade e o aprofundamento das conquistas na vida das mulheres é um esforço muito grande. O empoderamento envolve apoiá-las e incentivá-las a se organizarem para participar e exercer influência nos espaços de decisão política para reivindicar ações mais efetivas que envolvam principalmente saúde, educação, segurança etc para todos, sem exceção e que venham produzir resultados concretos na sua vida e comunidade.

5.3 LIMITES DO PROGRAMA MULHERES MIL

5.3.1 Limites do Programa Mulheres Mil

Essa percepção é constatada entre outras coisas por seus aspectos negativos, os desafios e as dificuldades na implantação do programa nos campi, como podem ser observados nas falas:

[...] falta de rubrica para contratar profissionais capacitados para desenvolver as atividades [...]. [...] a falta de adesão dos colegas ao programa foi a maior das dificuldades, pois tínhamos sempre que lidar com voluntários [...]. (GESTOR 1)

[...] falta de profissionais do IFBA para ser professor [...]. [...] falta de apoio do programa de extensão por não se aproximar do programa Mulheres Mil, não veem como ação de extensão prevista no PPI do IFBA [...]. [...] não valoriza nem oferta treinamento para equipe multiprofissional [...]. [...] atraso de verba cria um descrédito no programa Mulheres Mil [...]. (GESTOR 2)

[...] o modelo de execução orçamentária, a falta de incentivo financeiro para os profissionais que trabalhavam no projeto desestimulou muito os professores convidados que faziam um trabalho voluntário [...]. [...] a

execução orçamentária e financeira no que tange a locação de transporte, pagamento das bolsas, compra de material de consumo, falta de disponibilidade de muitos docentes em participar [...]. (GESTOR 3)

[...] reconhecimento por parte de servidores e docentes dos cursos ofertados como parte da missão do instituto com a extensão [...]. [...] falta de previsão de liberação dos recursos financeiros para aplicação no projeto [...]. [...] demora na chegada dos recursos para desenvolver o Programa, levando, inclusive, a devolução de recursos pela impossibilidade para realizar aquisições dentro das normas licitatórias [...]. (GESTOR 4)

Analisando as respostas dos gestores, percebe-se que o incentivo financeiro foi um aspecto recorrente, pois se tratava de uma grande dificuldade pela impossibilidade de contratação de docentes para ministrar as aulas e para compor a equipe multidisciplinar. Outro fator foi o compromisso requerido por esses gestores em relação aos colegas servidores na adesão ao programa. Mais um fator apontado foi à questão da liberação dos recursos para execução do programa, que dificultava as aquisições e o pagamento das bolsas das alunas.

Revela-se nas falas, sensação de angústia e falta de apoio e suporte na implantação e execução do programa por conta dos obstáculos que implica em um esforço sobre humano dos gestores para implementá-lo com todas as potencialidades que oferece: docentes em sala de aula, laboratórios montados para as aulas práticas, equipe multidisciplinar constituída para garantir a Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito em regime de voluntariado; sensibilização de outros servidores da instituição para adotar o projeto; além de estar preparado para lidar com o atraso nas verbas.

5.3.2 Relação da instituição, gestores e o MEC/SETEC

O Programa Mulheres Mil foi idealizado pelo MEC/SETEC para ser realizado no ambiente dos institutos federais, levando em consideração a seleção dos diretores dos campi dos gestores que apresentassem perfil com a temática gênero, mas de forma fragmentada não estabeleceu encontros permanentes com a equipe por região para fortalecer o programa e fomentar mudanças efetivas, isso pode ser evidenciado na fala dos gestores:

[...] um ponto negativo, era a falta de rubrica para contratar profissionais capacitados para desenvolver as atividades. Tal situação forçava a equipe gestora a trabalhar com a boa vontade e voluntariado dos colaboradores. Tentando resolver a situação o MEC fez com que o Programa Mulheres Mil

fizesse parte do PRONATEC, o que tirou a essência inicial do Mulheres Mil, prejudicando assim, metodologicamente falando, a execução do programa. (GESTOR 1)

[...] o programa veio de forma vertical e teve impacto no campus [...]. (GESTOR 2)

[...] pouca comunicação dos gerentes dos subprojetos entre si e também entre SETEC, REDENET e os gerentes [...]. [...] exigência de encontros entre participantes e parceiros canadenses, principalmente com as egressas, demandando uma logística complexa por parte das gestoras do Programa [...]. (GESTOR 4)

Nas falas dos entrevistados percebe-se que eles possuem uma visão crítica em relação à posição do MEC/SETEC nas suas ações, da não abertura ao diálogo de que necessitam e do reconhecimento do compromisso assumido por esses gestores em construir coletivamente o programa buscando a participação voluntária de outros servidores da instituição.

Observa-se que o maior obstáculo na implantação do Programa Mulheres Mil são as relações verticalizadas do MEC/SETEC, condizentes com condicionantes internos da participação definidos por Paro, onde se verifica,

O caráter hierárquico da distribuição da autoridade, que visa estabelecer relações verticais, de mando e submissão, em prejuízo de relações horizontais, favoráveis ao envolvimento democrático e participativo. (PARO, 2011, p.41)

Isso pode ser percebido quando abordam a questão da operacionalização do Programa Mulheres Mil, da conversão do voluntariado para a gestão financeira do Pronatec.

Sou totalmente contra. Prejudica, metodologicamente falando, a execução do programa, tirando assim a essência do mesmo. [...] [...] o Mulheres Mil deixa de ser Mulheres mil, através da operacionalização no PRONATEC [...]. (GESTOR 1)

[...] perdeu a identidade do Projeto e posteriormente Programa, uma vez que a metodologia não foi absorvida pelo PRONATEC integralmente [...]. (GESTOR 4)

[...] a partir de 2013, o MEC começou um processo de levar o Mulheres Mil para dentro do Pronatec com a justificativa de que isso traria, daria as verbas de que tanto o Mulheres Mil reclamava, de que não tinha verba para pagar os profissionais, de que não tinha verba para uma série de coisas e isso o MEC viu como uma solução para o Mulheres Mil, mas eu particularmente fui muito resistente a isso [...]. [...] quando realmente o MEC impôs e disse que não tinha mais como o Mulheres Mil funcionar se não tivesse dentro do Pronatec, eu preferi me afastar do programa, preferi não mais atuar no Mulheres Mil, por não concordar com a ida da forma que foi levada para o

Pronatec [...]. [...] então, eu... porque o Mulheres Mil dentro do Pronatec estava a mercê da continuação ou não do Pronatec. (GESTOR 6)

Então, eu acho que a operacionalização do Mulheres Mil dentro do Pronatec foi complicada para as gestoras, porque as gestoras perderam a total autonomia [...]. [...] quem tinha total jurisdição do Mulheres Mil é o Coordenador Adjunto do Pronatec e os gestores ficavam subordinados a esse Coordenadores Adjuntos. [...]. [...] o Pronatec exige que se tenha um edital e, o edital, é altamente meritocrático e nem sempre ter esse mérito tinha a ver com o perfil de trabalhar com gênero, de trabalhar com mulheres [...]. [...] Mulheres Mil perdeu muito de sua filosofia no momento em que foi para o Pronatec, mesmo que o MEC repetisse e dissesse que não ia perder ... a filosofia, mas na prática acabou perdendo um pouco de todo, de tudo o que era especial no Mulheres Mil, essa é minha opinião pessoal. (GESTOR 6)

Insatisfação é o que se observa quanto à atitude unilateral vinda de cima para baixo, do MEC/SETEC para os institutos, conseqüentemente os gestores se sentiram incomodados com a mudança, diante da falta de diálogo prévio com os gestores locais. Percebe-se que essa atitude de inserir o programa Mulheres Mil ao Pronatec não repercutiu bem e que põe em risco não somente a metodologia, mas a continuidade do programa, pois segundo o Gestor 4 “A metodologia não foi absorvida pelo PRONATEC integralmente”.

Outra situação revela os problemas do entendimento distorcido nesta transição apontada na fala do Gestor 6 “O Pronatec exige que se tenha um edital e, o edital, é altamente meritocrático e nem sempre ter esse mérito tinha a ver com o perfil de trabalhar com gênero, de trabalhar com mulheres”. Esta situação aconteceu na prática.

Contudo, havia uma indicação do MEC/SETEC através de um ofício circular destinados aos reitores dos institutos onde considerava importante para garantir as especificidades da metodologia do programa “a manutenção dos papéis de gestores institucionais e do gestor local do campus, que são responsáveis pela execução e acompanhamento do Programa”. E no caso de os docentes assegurar que, “dentro das possibilidades e respeitando a autonomia das instituições, é recomendável viabilizar o aproveitamento dos profissionais, em função da expertise com o público alvo e com a metodologia do Programa”. (BRASIL, 2013).

Assim, o programa tomou um novo rumo, uma perspectiva diferente daquela vivenciada até então, onde os gestores eram selecionados por conta do seu perfil para lidar com a temática e que o sucesso das ações era o resultado direto do papel que cada um se propunha a cumprir. Portanto, a descontinuidade nas ações significa um retrocesso assim como envolver pessoas

que não se sintam engajadas com projetos que visem cumprir os objetivos do empoderamento das mulheres.

As falas a seguir apresentam a opinião dos gestores em relação ao que mudariam no programa:

[...] no formato que ele está hoje eu tiraria o mesmo da lógica de funcionar atrelado ao PRONATEC e criaria uma rubrica específica para pagar os profissionais envolvidos no processo de docência e gestão do programa. Garantido assim, a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, bem como a essência do Programa [...]. [...] faria uma formação com os colaboradores buscando fortalecer a metodologia e a filosofia do programa. (GESTOR 1)

[...] o recurso e as condições materiais de suporte (montaria uma equipe de apoio para os gestores) [...]. (GESTOR 3)

[...] a descontinuidade nas diretrizes de condução do programa, essas variações comprometem o desenvolvimento do Programa, por isso, a sugestão é tornar o programa parte integrante das iniciativas dos Institutos, entendendo o programa como uma forma de terminar com o hiato existente entre a academia e a comunidade [...]. (GESTOR 4)

Verifica-se que, ainda abordam uma crítica em relação à forma como o programa foi conduzido na substituição do voluntariado para a gestão do Pronatec, que apesar de considerar importante o suporte financeiro, está evidente nas falas a necessidade de apoio e formação para esses gestores cuja participação e compromisso são essenciais para conseguir o sucesso almejado para o programa.

Neste sentido, Luck (2000) destaca a importância de uma gestão compartilhada e participativa. Para ela a criação de ambientes participativos se constitui em uma oportunidade para a efetivação da gestão democrática, cuja participação envolve todos os segmentos, de forma articulada, analisando situações, decidindo sobre as alternativas e agindo sobre elas em conjunto, visando mudanças significativas e de acordo com as necessidades sociais.

Não basta que o MEC/SETEC repasse para a instituição e os gestores a metodologia do programa, é preciso abrir um canal permanente de diálogo não só com a instituição, mas com o principal elo entre a instituição e as mulheres atendidas que são os gestores, responsáveis pela implantação, acompanhamento e avaliação dos impactos necessários ao aprimoramento e/ou sucesso do programa como um todo.

5.3.3 Formação da equipe multidisciplinar

A respeito da questão sobre se os gestores conseguem efetivamente constituir a equipe multidisciplinar para o suporte necessário na condução do programa, eles respondem:

Não. (GESTOR 1)

Sim, com muita dificuldade. Construimos uma equipe e periodicamente temos reunião onde discutimos a execução do programa e o monitoramento, sempre fazendo avaliação em sala de aula de forma qualitativa [...]. (GESTOR 2)

Possivelmente com a nova formatação por meio do PRONATEC acredito que seria possível, pois à medida que o Mulheres Mil foi mostrando resultados despertou em alguns colegas o desejo de querer participar [...]. (GESTOR 3)

Sim. Considerando que a equipe teve um número reduzido de integrantes, porém com comprometimento e responsabilidade na execução das atividades administrativas e também a participação como docentes nos cursos. (GESTOR 4)

Não, porque nem todos se disponibilizam a colaborar voluntariamente. (GESTOR 5)

Não, a equipe multidisciplinar em nenhum campus foi construída totalmente. Em algum campus foram, tiveram maior sucesso, conseguiam ter uma maior diversidade de profissionais. [...] [...] até abril de 2014 nenhum campus conseguiu totalmente formar uma equipe multidisciplinar com todos os profissionais que eram necessários [...]. [...] algum campus só conseguia trabalhar com as duas gestoras, fossem eles homens ou mulheres, só conseguiam trabalhar com dois gestores, outro campus conseguia agregar mais profissionais, mas não..., a equipe multidisciplinar nunca foi totalmente... nunca funcionou plenamente em nenhum dos... dos dezoito campus onde o Programa Mulheres Mil atuou, não funcionou plenamente em nenhum deles. (GESTORA 6)

Percebe-se que muitos não conseguiram a constituição desta equipe. Ela deveria ser formada a partir das ações do gestor, previamente capacitado na metodologia do programa e responsável pela sensibilização e capacitação desta equipe para juntos “viabilizar as ações do programa na comunidade interna e externa, desenvolvendo desde o planejamento integrado até a execução e o monitoramento do programa na instituição”. (BRASIL 2012)

Apesar de a instituição contar com os profissionais necessários para compor a equipe multidisciplinar (Orientação Educacional e Pedagogo; Assistente Social e Psicólogo; Médico e Odontólogo; Técnicos-administrativos; Comunicador dentre outros) prevista para apoiar os gestores na construção do resgate à autoestima e no fortalecimento da mulher, com o suporte

necessário ao atendimento às necessidades sociais, educacionais e profissionais das mulheres, não conseguiu mobilizar ao ponto de se fazer representar com todos os profissionais na condução do programa, por conta de possuírem outras atribuições dentro da instituição.

Depois da operacionalização do programa via Pronatec, essa situação tornou-se ainda mais complexa, pois deixa de existir a figura do gestor local e institucional, e apresenta-se uma cartilha em que sugere estratégias de atuação integrada para gestores e técnicos municipais e estaduais, profissionais da Rede Socioassistencial e equipe multidisciplinar da instituição ofertante (institutos federais) dos cursos. Embora afirme que o programa utilize Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito, hoje, o Programa Mulheres Mil dispõe de uma equipe gestora composta por Coordenação Adjunta (Gestor do Pronatec), supervisão, orientação, e apoios administrativos no desenvolvimento das suas atividades e boa parte deles desconhece essa metodologia.

Pode-se inferir que a falta dos profissionais citados anteriormente, para dar o suporte na condução do programa sempre foi um fator dificultador que ora inviabiliza a metodologia do Programa Mulheres Mil.

5.3.4 Capacitação dos gestores do Programa Mulheres Mil

É importante atentar para a realidade vivenciada pelos gestores tanto pelos limites e possibilidades de sua atuação, quanto a sua aptidão ou preparação/capacitação para lidar com as dificuldades do dia a dia e as inerentes a situação das mulheres, as demandas da vida delas, com quadros de violência, educação deficiente, filhos e aquelas que só querem ocupar o tempo ocioso ou receber a bolsa auxílio etc. Sobre essa capacitação eles declaram:

O MEC/SETEC só fez uma capacitação inicial para a implantação do programa no campus, depois disso não houve mais nenhuma capacitação.
(GESTOR 1)

Não. Promove encontro de sensibilização quanto à política Mulheres Mil, mas não oferta curso sobre indicadores de inclusão para o mundo do trabalho.
(GESTOR 2)

Sim. (GESTOR 3)

Inicialmente recebemos capacitação na aplicação da metodologia de Reconhecimentos dos Saberes Prévios e também gestão de projetos.
(GESTOR 4)

Percebe-se nas falas dos gestores uma deficiência no quesito formação e capacitação promovidos pelo MEC/SETEC para atuar junto ao programa. Nesse contexto, o que se observa é uma formação inicial insuficiente para o atendimento as especificidades das mulheres e, sobretudo a necessidade de formação continuada e permanente, para capacitar esses gestores e toda a sua equipe no que se refere aos novos desafios por eles enfrentados e dada a complexidade na execução do programa.

A visão apresentada por Williams apud Sardenberg (2000) explica que a sensibilização e formação em gênero é fundamental não somente para habilitar os envolvidos em trabalhar com a questão, mas contribuir para a formação da sua consciência (ou autoconsciência) de gênero. Refere-se a uma,

Intervenção de desenvolvimento que busca modificar consciências, conhecimento, habilidades e comportamentos relacionados a gênero. Ela difere de formações com outros conteúdos/temas, porque trata de questões pessoais e políticas, mesmo que não seja de modo deliberado”.
(SARDENBERG, 2000, p. 32)

Desse modo fica visível nas respostas sobre a necessidade de promover encontros, oficinas de capacitação pelo MEC/SETEC para atuar junto ao programa. A formação com enfoque em gênero é totalmente diferente do que a preparação/capacitação com outras temáticas.

5.4 DESAFIOS DO PROGRAMA MULHERES MIL

5.4.1 **Impactos do Programa Mulheres Mil enquanto política pública social de inclusão e gênero**

O MEC/SETEC considera o Programa Mulheres Mil como um projeto com recorte de gênero importantíssimo e instrumento de inclusão social e econômica para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Nas falas dos gestores eles apontam:

Os **impactos objetivos** da política visualizados na fala dos gestores entrevistados, quando se refere às mudanças quantitativas na vida das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil estão elencados abaixo:

[...] vi mulheres que faziam sabão para não gastar no supermercado, se transformando em microempreendedoras, manufaturando materiais de limpeza a partir de material reciclável e oferecendo serviço de delivery de material de limpeza [...]. [...] comprando sua motinha e mudando positivamente o orçamento familiar [...]. (GESTOR 3)

Houve uma melhoria nas condições de prover o atendimento as suas necessidades após a sua inserção no programa, mas não há como perceber em que medida essa participação atingiu os resultados esperados.

Os **impactos subjetivos** da política visualizados na fala dos gestores entrevistados, quando se refere às mudanças na sua autoestima, conscientização quanto aos seus direitos e capacidade para modificar a sua vida a partir de sua inserção no Programa Mulheres Mil estão elencados abaixo:

[...] levar o IFBA para uma comunidade de fundo de pasto no sertão baiano e trazer essas mulheres para dentro do IFBA, ver o brilho no olhar delas, ver as mudanças que elas escolheram para suas vidas a partir da experiência do Mulheres Mil [...]. (GESTOR 3)

[...] na minha concepção a maior diferença foi mudar a concepção de vida de muitas dessas mulheres. A forma de ver a vida e muitas delas saíram de processos de doenças, de depressão, de estagnação para, a partir daí dar um start numa mudança de vida, prática delas para outras áreas, mesmo que elas não atuassem naquele curso que fez, aquele curso ajudou elas saírem do ponto, de uma parada que estava a vida delas, que estava estacionada [...]. [...] então, eu acho que o maior legado do Mulheres Mil para todas as mulheres era mudar a concepção de vida delas. Elas saberem que elas tinham alguns direitos que elas nem conheciam, porque a partir do Mulheres Mil é que muitas ficaram sabendo que existia a Maria da Penha e que existia toda uma questão de trabalho de gênero e a partir disso elas começaram a mudar a forma de pensar delas, e uma forma de pensar que a auxiliou no crescimento da vida delas e, delas, como seres humanos, como cidadãs atuantes. Acho que esse foi o maior legado do Mulheres Mil, essa é a grande diferença que eu acredito da mudança de Mulheres Mil. (GESTOR 6)

Percebe-se nas falas que em curto prazo o programa trabalha sob a perspectiva de fortalecimento da mulher para tirá-la do conformismo com a própria situação, falta de perspectiva e de despertar sua consciência para a necessidade de mudança.

Os **impactos substantivos** da política visualizados na fala dos gestores entrevistados, quando se refere às mudanças qualitativas na vida das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil estão elencados abaixo:

[...] ingresso de egressas e/ou filho (a) das egressas na instituição, anteriormente tida como inacessível para elas e os seus [...]. [...] inscrição para se candidatarem aos processos seletivos da instituição [...]. [...] reivindicação das egressas para participar de outros cursos do programa. (GESTOR 4)

Nota-se que o programa representa uma nítida transformação pessoal que se estende a família, mas não é capaz de melhorar efetivamente as suas condições de vida nem de suas famílias.

Por isso, observar os impactos que essa política pública produz na vida das mulheres atendidas é essencial para acompanhar se os objetivos e metas estão sendo ou foram atingidos.

Sendo assim, as autoras afirmam que,

Uma mesma política pode causar impactos objetivos, gerando mudanças quantitativas nas condições da população-alvo, pode ainda gerar impactos subjetivos alterando o “estado de espírito” da população, e finalmente, pode causar um impacto substantivo mudando qualitativamente as condições de vida da população. (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986, p. 116).

A opinião dos gestores comprova que a participação delas foi o fator preponderante para a mudança de vida, no sentido de que o conhecimento lhe facultou perceber-se enquanto mulher e a possibilidade de conquistar novos horizontes.

Contudo, reconhecer essas mudanças na vida das mulheres atendidas não é suficiente para constatar o sucesso do programa, é necessário um processo de acompanhamento contínuo das egressas para verificar a participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e sua inserção no mundo do trabalho, com o propósito de orientá-las e capacitá-las para melhor desempenho profissional, estabelecer parcerias que possibilite a sua inserção no mundo do trabalho e conseqüentemente melhoria das condições de geração de renda e qualidade de vida.

5.4.2 Avaliação do Programa Mulheres Mil

No que se refere à avaliação do programa levantada pelos gestores, observa-se uma tendência a forma de avaliação quantitativa, a seguir:

[...] forma de avaliação final do programa além de avaliação quantitativa colocaria indicadores qualitativos de fortalecimento da mulher [...]. (GESTOR 2)

[...] essa avaliação era uma avaliação digamos assim, semestral [...]. [...] fazíamos todo o levantamento: de quantas mulheres haviam sido matriculadas em cada campus, quantas haviam concluído o curso, se o curso ainda estava em andamento, se o curso finalizou, porque o curso demorou mais tempo, quantas mulheres foram certificadas, quais cursos eram mais procurados, quais cursos eram ofertados dentro do instituto [...]. [...] então tinha toda essa monitoração tanto qualitativa e quanto quantitativa. Eu devo afirmar que as preocupações do MEC eram muito mais quantitativas. O MEC ficava muito preocupado com os números, quantas mulheres matriculadas, quantas mulheres concluíram, quantas iam matricular, quanto recurso tinha utilizado, se tinha utilizado o recurso, se não tinha, porque se não tivesse utilizado o recurso todo ele ia ter que ser devolvido [...]. [...] então tinha uma preocupação bastante de quantidade, mas tinha também a questão qualitativa em menor escala, mas existia essa preocupação, mas havia esse monitoramento semestral [...]. [...] o MEC nos monitorava constantemente [...]. [...] eles nos monitoravam e nos cobravam, então se uma turma era para ter matriculado 50 e só matricularam 30 eles nos cobravam, aos gestores institucionais porque faltaram 20 alunas e a gente tinha que correr atrás dos gestores locais e dar as devidas explicações. [...] enfim a gente justificava porque não batia as metas, mas o MEC exigia muito que a gente batesse as metas que eles determinavam de números de matrículas. (GESTOR 6)

Evidencia-se nas falas dos gestores que na aplicação das avaliações realizadas se prioriza os aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos, cujos elementos são incapazes de mensurar e apresentar as transformações após a intervenção do programa.

Essas considerações trazem à tona a reflexão quanto ao sistema de avaliação produzido pelo MEC/SETEC revelando uma lacuna nos aspectos qualitativos do Programa Mulheres Mil. Nesse sentido, Minayo (2011) assegura que as duas abordagens (quantitativa e qualitativa) são importantes e necessárias, pois elas se complementam visto que sempre há ações quantificáveis, assim como sempre existe implicação subjetiva em todas as ações humanas.

Assim, conceber a avaliação qualitativa para acompanhar os problemas e as potencialidades do programa está relacionado com a abordagem da autora em integrar avaliadores e avaliados em busca do comprometimento e do aperfeiçoamento dos indivíduos, dos grupos, das instâncias de gestão, dos programas e das instituições (MINAYO, 2011).

Nesta mesma direção, ela destaca que as abordagens qualitativas mesmo que variem quanto às técnicas desenvolvidas e às finalidades para as quais se realizam, têm um núcleo comum e estruturante:

A necessidade de levar em conta a participação e as percepções dos sujeitos envolvidos na criação e na implementação dos processos institucionais ou programas em avaliação;
 Consideram as relações hierárquicas e entre os pares e as representações sobre a instituição, sua atuação e problemas como parte fundamental dos êxitos e dos limites das ações [...]. (MINAYO, 2011, p.8).

No caso do Programa Mulheres Mil, embora seja evidenciada a utilização da avaliação, é preciso avançar para um processo mais qualitativo com a participação de todos os envolvidos tendo em vista atingir os seus objetivos.

Perceptível também nos questionamentos aos gestores se o MEC/SETEC desenvolve alguma espécie de monitoramento e/ou avaliação do programa:

Sim, mas ineficaz. Através do controle de desistência, o que a meu ver não é suficiente. (GESTOR 1)

Sim, de forma quantitativa, lança uma planilha anual quanto aos gastos e ações executadas. (GESTOR 2)

Sim. Por meio de relatórios. (GESTOR 3)

Sim, por meio de relatórios (formulário padrão) trimestrais e anuais. (GESTOR 4)

Desse ponto de vista, a avaliação qualitativa é fundamental como um poderoso instrumento capaz de gerar as informações necessárias e que podem ser utilizadas para auxiliar não só os gestores, mas que próprio MEC/SETEC possa assegurar vias de comunicação permanente e construir juntos os indicadores qualitativos e quantitativos, para garantir e demonstrar a evolução do programa ao longo do tempo no seu objetivo principal de “Promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas do Nordeste e do Norte do Brasil, permitindo-lhes melhorar o seu potencial de mão de obra, sua vida e a vida de suas famílias e comunidades” (BRASIL, 2012).

Assim como é notório de que o objetivo do programa se expandiu ao longo do tempo permitindo abarcar outras regiões do país, é preciso mensurar as mudanças quantitativas e qualitativas promovidas pela intervenção na vida das mulheres, pois apenas observar as mudanças não é suficiente para confirmar as conclusões a respeito do êxito do programa. É necessário, portanto, verificar se realmente essa participação foi fator preponderante.

CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou do ponto de vista dos gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), o Programa Mulheres Mil, enquanto política pública social de inclusão e gênero, as medidas adotadas em sua implementação, bem como os resultados alcançados na tentativa de diagnosticar os possíveis avanços em relação ao empoderamento das mulheres através do acesso a educação profissional e ao mundo do trabalho.

Os depoimentos dos gestores apontam os desafios e as lacunas na implantação e execução do programa, em relação aos objetivos propostos de promover a inclusão socioeconômica das mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que lhes permitam melhorar o seu potencial de mão de obra, sua vida e a vida de suas famílias e comunidades.

Conduzir um programa com enfoque de gênero requer superar muitos obstáculos, conscientizar as comunidades, as mulheres que delas fazem parte, ao passo de que é preciso sensibilizar a instituição para recebê-las, acolhê-las e promover a sua autoestima. Requer maior articulação entre o pessoal envolvido.

Os estudos voltados para as desigualdades de gênero evidenciam a necessidade de assegurar condições para a sua superação como pressuposto fundamental para o desenvolvimento da mulher. De maneira geral, pode-se dizer que o empoderamento da mulher passa, portanto por uma transformação no conceito que ela tem de si mesma, em sua autoestima e isso depende de quem? Da mulher exclusivamente ou de educadores e gestores que concebam a política de empoderamento como metas prioritárias de combate a essas desigualdades?

A fragilidade da educação básica revela ainda a necessidade de desenvolver um processo educativo capaz de preparar essas mulheres para a ação política, que articule ao mesmo tempo a comunidade, alunos, servidores, pais e Estado, pois é fundamental que elas se apropriem do instrumental e de mecanismos básicos para fazer valer os seus direitos, tendo na educação o seu principal meio de conquistar a autonomia.

Propor uma educação transformadora, à medida que possa abrir seus horizontes para que saiba do que é capaz, de que depende dela, mas não somente dela, mas que pode construir juntamente com as outras mulheres e os institutos a sua autonomia social, econômica, política etc.

Significa criar uma estrutura institucional capaz de absorver as suas demandas pessoais e um ambiente propício de questionamentos que as conduza ao reconhecimento das forças que as oprimem. Portanto, conscientizá-las é o primeiro passo. A partir da conscientização inicia-se um processo de mobilização através de ações individuais e coletivas para mudar essa realidade. Dessa forma, o recorte de gênero viabilizado pelo programa é essencial justamente pela possibilidade que ele apresenta de prepará-las para sua inserção nas instâncias de poder, nos lugares onde são tomadas as decisões.

Neste sentido, a Equipe Multidisciplinar do Programa Mulheres Mil foi pensada para viabilizar a estrutura e suporte na condução da Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito junto ao gestor, mas de que forma sensibilizar outros servidores para desenvolver um trabalho voluntário com outras demandas inerentes ao cargo de cada um na instituição? Sem dúvida alguma, este foi um dos problemas que dificultou a atuação dos gestores. Também não há como negar que depois da inserção do programa no Pronatec, a situação do desconhecimento da metodologia por parte da gestão, pôs em evidência outro aspecto dificultador da política: manter a proposta metodológica por mudanças e/ou entraves nas diretrizes do programa.

Entretanto, mesmo com todas essas as dificuldades na sua implementação e execução houve mudança na vida pessoal e profissional de algumas mulheres e na maior importância dada aos estudos pelas suas famílias. Esses resultados sugerem a importância da educação, pois a educação é um dos caminhos que leva a inclusão social.

Os gestores reconhecem a importância e o potencial de transformação que o programa representa na vida das mulheres, suas famílias e comunidades. É claro que nem sempre acontece de imediato, principalmente no que diz respeito à mulher, o acesso à educação ainda ocorre de maneira muito lenta e sua participação no mundo do trabalho persiste uma desigualdade muito grande.

Diante disso, pode-se inferir que o Programa Mulheres Mil desenvolve a autoestima e a conscientização das mulheres quanto à sua posição e sua capacidade de intervir na realidade. Mas, enquanto política pública social de inclusão e gênero, ainda é tímido o seu avanço na inserção social e econômica de mulheres atendidas e, sobretudo, em melhorar o seu potencial de mão de obra, sua vida e a vida de suas famílias e comunidades.

O reconhecimento desses limites não invalida o programa Mulheres pelo valor da inclusão, mas sinaliza as possibilidades que o programa tem para desenvolver estratégias no caminho de gestão participativa. Por sua vez, a avaliação qualitativa deveria ser concebida como uma ferramenta estratégica para a melhoria dos indicadores que possibilitem ações de acompanhamento e monitoramento do progresso do programa em relação às metas e os objetivos propostos.

E mais ainda, se as experiências dos gestores forem compartilhadas e submetidas à análise conjunta de todos os envolvidos no monitoramento e acompanhamento do programa, fornecerão os subsídios necessários ao aperfeiçoamento das avaliações com produção e aplicação de indicadores qualitativos, que se complementam e permitem demonstrar a realidade e obter dados mais concretos do programa que foi implementado.

E se ele estiver de acordo com as diretrizes propostas para a sua execução e permitir o acompanhamento dos resultados alcançados a médio ou longo prazo, conseguirá realizar o tão sonhado empoderamento, preconizado e defendido pelo Programa Mulheres Mil, bem como a inclusão socioeconômica para redução das desigualdades sociais e econômicas de mulheres em situação de vulnerabilidade depois de sua inserção no Programa Mulheres Mil.

Nesta perspectiva todos podemos ser agentes facilitadores de transformação, capazes de desencadear o processo de empoderamento destas mulheres nos programas e projetos de educação. Paulo Freire (1979), por exemplo, afirma que “Educação não transforma o mundo... Educação muda as pessoas.... Pessoas transformam o mundo”. Nesse ponto também contribui Sardenberg (2006, p.8) quando afirma que “o processo de empoderamento não é linear, mas sim espiral. A espiral do empoderamento afeta todo mundo: o indivíduo, a facilitadora, o coletivo, a comunidade”.

Assim, no trabalho desenvolvido pelo Programa Mulheres Mil não é só a comunidade profissionalizada que sai ganhando. Há um ganho também dos agentes profissionalizadores do programa, é onde se processa os elementos cognitivos de alunas, professores e gestores de maneira geral, porque ninguém sai da mesma forma que entrou no processo. Há uma mudança tanto na maneira de educar; quanto de ensinar; quanto de gerir as transformações que ocorrem dentro da ação de educar.

Nesse ponto, cabe ressaltar que não são conclusões finais apontadas neste estudo, mas apontam uma direção no que se refere às possibilidades de garantir no futuro a permanência e o aprofundamento das conquistas na vida das mulheres atendidas pelo programa.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Francieli; BARBOSA, Renata Peres. O Estado e as reformas pós década de 90: movimentos sociais, terceiro setor e educação não-formal. **AURORA**, São Paulo, ano III, n. 5, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/ARAUJO.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2011. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/download/miolo_livro_curso_baixada.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, 1977.
- BOGDAN, Robert. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Métodos, 1994.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é Participação**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, nº 95).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 Fev. 2014
- _____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
- _____. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:
- _____. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014
- _____. Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm>. Acesso em 05 jan. 2013

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em 05 jan. 2014

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Brasília: SETEC, MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2014

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. MAP – Monitoramento e Avaliação de Programas – SETEC/MEC. Disponível em: <<https://map.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de fev. 2014

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: proposta em discussão. Brasília: MEC/SETEC, 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option=com_docman&task=doc_download>. Acesso em: 02 fev. 2014

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Projeto Mulheres mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável – Plano de implantação do projeto- 2007-2011. Brasília: dez. 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Campus Uruaçu. Legislação de Educação Profissional. 2009. Disponível em:

<http://www.ifg.edu.br/uruacu/images/arquivos/legislacao_tecnologica.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2014

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional Mulheres Mil. 2011. 20p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ofício Circular Nº 51 /2013/DIR/SETEC – MEC. Disponível em:

<https://map.mec.gov.br/documents/45>. Acesso em: 02 de jun. 2015

_____. Ministério da Educação. Linha do tempo da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Plano Brasil Sem Miséria. Cartilha Mulheres Mil 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/documentos/cartilha_mulheres_mil%202014_editado.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Plano Brasil Sem Miséria. Apresentação. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/apresentacao>>. Acesso em: 20 mar. 2015

_____. Portaria 3.621 de 4 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a criação, atribuições e funcionamento do Fórum Nacional de Educação Tecnológica. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2003/por_2003_3621_MEC.pdf>. Acesso em 02 de fev. 2014

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br>>. Acesso em 02 de fev. 2014

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Avaliação de políticas e programas sociais: contornos e perspectivas de um campo de estudo em expansão. **Caderno de Pesquisa**, n.12, 1989. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper45.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. In: GALEAZZI, Irene M. S. (org). **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: PED-RMPA, 2001. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/mulher/2001/artigo6.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2014

CAVALCANTI, Paula. Arcoverde. **Análise de políticas públicas**: o estudo do Estado em ação. Salvador: EDUNEB, 2012.

CONCEPÇÃO e implantação do Projeto Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-gavião. Vitória da Conquista-BA, 2000. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/textosapoio2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014

ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.

Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2014.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 12, n.1, p. 47-71, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>>. Acesso em: 20 mar.2014

_____. Políticas públicas e gênero. 2003. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos_e_coordenadorias/coordenadoria_da_mulher/Politicass_Genero_2.pdf>. Acesso em: 20 mar.2014

FERREIRA, Berta Weil. Análise de conteúdo. **Revista Aletheia**, Canoas, RS, n.11, p. 13-20. Jan-Jun. de 2000.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação Política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Anál. e Conj.**, Belo Horizonte, v.1, n.3, set./dez. 1986, 107-127. Disponível em: <http://josenorberto.com.br/AC-2007-38.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER (UNIFEM). Fórum Econômico Mundial. **Empoderamento de mulheres**: avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005

FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, Diário do Fórum, 30 maio 2012, 28 de maio a 01 de junho de 2012, Florianópolis, SC, Democratização, Emancipação e Sustentabilidade <http://2sitefmept.ifsc.edu.br/images/stories/pdf2012/diario_forum_30_maio.pdf>. Acesso em: maio 2015

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Coleção Educação e Comunicação, v.18

FREY, Klaus Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política e Sociedade**, Santa Catarina, v.3, n.5, out. 2004. p.119.138. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_10305_em_16_06_2011_09_55_25.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2015

GADOTTI, Moacir. Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória. In: FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2, 2012. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: IFSC, 2012. p.485-506. Disponível em:

<http://www.seduc.mt.gov.br/download_file.php?id=14776&parent=56>. Acesso em 20 abr. 2014

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Orgs.) **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.4, n1, p.53-77, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1802>>. Acesso em: 02 ago. 2014

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.2, p.20-31. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7113>. Acesso em: dez. 2014

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2014

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p.485-506. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Disponível em: <<http://www.portal.ifba.edu.br/institucional/pro-reitoria-de-extensao-proex.html>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA). Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013. Salvador: IFBA, 2012. Disponível em: <<http://portal.ifba.edu.br/phocadownload/pdi/2009-2013-PDI%20Geral.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2014

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta, **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44. Disponível em: <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política

Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/29498/31358>>. Acesso em: 20 ago. 2014

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v.4, n.2, 1996, p. 464-479. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16816/15405>>. Acesso em: 15 mar. 2014

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. São Paulo: Vozes, 2013.

_____. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores, **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000. Disponível em:
<http://lms.ead1.com.br/upload/biblioteca/curso_4392/fron00lbi6.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação. **Sau. & Transf. Soc.**, Florianópolis, v.1, n.3, p.02-11, 2011. Disponível em:
<<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/652/844>>. Acesso em 5 jun. 2015

MULHERES Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em:
<http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf>. Acesso em 20 jun. 2014

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Disponível em:
<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4076&Itemid=319>. Acesso em: 15 mar. 2014

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2013.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer (Org). **Perspectivas da educação Profissional técnica de nível médio: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. São Paulo: moderna, 2012.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da; (Org.) **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 300-307.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2011

PASSOS, Elizete. Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-gavião: textos de apoio I. Salvador: NEIM/REDOR, 2000

PEARCE, Diane The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, v.11, n.1-2.1978, p.28-36. Disponível em: <http://socialworkers.org/feminizationofpoverty/presentations/pearce/Pearce_The%20Feminization%20of%20Poverty_1978%20original%20article.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014

PROGRAMA Mulheres mil. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta, **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-20. Disponível em: <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

ROSA, Stela Márcia Moreira (Org.). **Mulheres Mil**: do sonho a realidade. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

DOTAÇÃO Orçamentária. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/dotacao-orcamentaria-rubrica>>. Acesso em: 02 maio 2015

SADER, Emir. Prefácio. In.: MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Gênero e desenvolvimento rural**. Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-gavião. Vitória da Conquista-BA, 2000. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/textosapoio2.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. Conceituando empoderamento de mulheres na perspectiva feminista. Trabalho apresentado ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres (Projeto TEMPO), promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Orgs.) **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). P.113-126. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 13 jan. 2014.

_____. Questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

_____. Estado da arte em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Lisandra Amaral de. A educação brasileira em tempos neoliberais: reflexos da violência econômica. In.: ANDRADE, Eliziário Souza; SILVA, Francisca de Paula Santos da. (Orgs.) **Estado e Políticas Públicas: a construção do consenso neoliberal**. Salvador: EDUNEB, 2012.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS GESTORES DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO IFBA

Prezado Gestor,

Este instrumento de pesquisa foi elaborado para subsidiar dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) sob o título “Políticas Públicas de apoio à inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade: a visão dos gestores sobre o Programa Mulheres Mil nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), com o objetivo de analisar os avanços e desafios à inclusão socioeconômica das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil.

Atenciosamente,
Geocivany Lima Cardoso
geocivany@ifba.edu.br
geocy2@yahoo.com.br

A. Dados Gerais

Instituição/campus:

Endereço da Instituição:

Telefone:

E-mail:

Cargo/Função do (a) entrevistado (a):

Tempo de atuação no Programa:

B. Informações específicas para a pesquisa

1. Qual a sua profissão no IFBA?
2. Quais atividades você desenvolve na instituição?
3. O que você considera como aspectos positivos e negativos do programa?
4. Por que você decidiu participar da equipe responsável pela implementação do Programa Mulheres Mil em seu campus?
5. Qual a sua contribuição enquanto gestor para o programa?
6. Quais os desafios e dificuldades encontrados na implantação do programa em seu campus?
7. O que você manteria no Programa Mulheres Mil?
8. O que mudaria no Programa Mulheres Mil?
9. Qual a impressão do resultado do programa nas vidas das mulheres atendidas pelo programa?
10. Que mudanças você percebe no comportamento e na autoestima das mulheres?
11. Qual a importância de garantir o acesso à educação profissional às mulheres?

12. Você consegue em seu campus construir efetivamente a equipe multidisciplinar para a execução e o monitoramento do Programa no âmbito da instituição?
13. O MEC/SETEC promove cursos de capacitação para atuar junto ao programa?
14. O MEC/SETEC desenvolve alguma espécie de monitoramento e/ou avaliação do programa? Em caso afirmativo, de que forma?
15. O programa possui mecanismos de acompanhamento e avaliação quantos aos objetivos propostos?
16. Você participa de alguma associação, entidade comunitária ou grupos de defesa a pessoas em situação de vulnerabilidade social? Se sua resposta for positiva, qual?
17. O que significa o Programa Mulheres Mil para você, na sua vida?
18. Qual a sua opinião sobre a operacionalização do Programa Mulheres Mil no âmbito do Pronatec?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O GESTOR INSTITUCIONAL DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO IFBA

Prezado Gestor,

Este instrumento de pesquisa foi elaborado para subsidiar dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) sob o título “Políticas Públicas de apoio a inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade: a atuação dos gestores no Programa Mulheres Mil nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), com o objetivo de analisar os avanços e desafios à inclusão socioeconômica das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil.

Atenciosamente,
Geocivany Lima Cardoso
geocivany@ifba.edu.br

A. Dados Gerais

Instituição/campus:

Endereço da Instituição:

Telefone:

E-mail:

Cargo/Função do (a) entrevistado (a):

Tempo de atuação no Programa:

B. Informações específicas para a pesquisa

1. Qual a sua profissão no IFBA?
2. Quais os pontos facilitadores da política?
3. Quais os pontos dificultadores da política?
4. No seu entendimento o Programa Mulheres Mil garante a emancipação e/ou o empoderamento das mulheres atendidas? Justifique sua resposta.
5. O MEC/SETEC desenvolve alguma espécie de monitoramento e/ou avaliação do programa? Em caso afirmativo, de que forma? E em que periodicidade?
6. Os campi do IFBA conseguem de maneira efetiva construir a equipe multidisciplinar para a execução e o monitoramento do Programa no âmbito da instituição?
7. Qual a impressão do resultado do programa nas vidas das mulheres atendidas pelo programa?

8. Qual a importância de garantir o acesso à educação profissional às mulheres?
9. Como se dá a inserção da mulher no mercado de trabalho?
10. Como as desigualdades de gênero podem ser combatidas pelo programa?
11. Você participa de alguma associação, entidade comunitária ou grupos de defesa a pessoas em situação de vulnerabilidade social?
12. O que significa o Programa Mulheres Mil para você?
13. Qual a sua opinião sobre a operacionalização do Programa Mulheres Mil no âmbito do Pronatec?